

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC (FN) VÍTOR DO NASCIMENTO PEREIRA

OPERAÇÕES RIBEIRINHAS NO SÉCULO XIX:

Um estudo comparativo entre a Batalha de Curupaiti e a Batalha do Forte
Henry

Rio de Janeiro

2023

CC (FN) VÍTOR DO NASCIMENTO PEREIRA

OPERAÇÕES RIBEIRINHAS NO SÉCULO XIX:

Um estudo comparativo entre a Batalha de Curupaiti e a Batalha do Forte

Henry

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CC (FN) Rafael Alves Rodrigues Ferreira

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2023

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE APROPRIAÇÃO INTELECTUAL IRREGULAR

Declaro que este trabalho acadêmico: a) corresponde ao resultado de investigação por mim desenvolvida, enquanto discente da Escola de Guerra Naval (EGN); b) é um trabalho original, ou seja, que não foi por mim anteriormente utilizado para fins acadêmicos ou quaisquer outros; c) é inédito, isto é, não foi ainda objeto de publicação; e d) é de minha integral e exclusiva autoria.

Declaro também que tenho ciência de que a utilização de ideias ou palavras de autoria de outrem, sem a devida identificação da fonte, e o uso de recursos de inteligência artificial no processo de escrita constituem grave falta ética, moral, legal e disciplinar. Ademais, assumo o compromisso de que este trabalho possa, a qualquer tempo, ser analisado para verificação de sua originalidade e ineditismo, por meio de ferramentas de detecção de similaridades ou por profissionais qualificados.

Os direitos morais e patrimoniais deste trabalho acadêmico, nos termos da Lei 9.610/1998, pertencem ao seu Autor, sendo vedado o uso comercial sem prévia autorização. É permitida a transcrição parcial de textos do trabalho, ou mencioná-los, para comentários e citações, desde que seja feita a referência bibliográfica completa.

Os conceitos e ideias expressas neste trabalho acadêmico são de responsabilidade do Autor e não retratam qualquer orientação institucional da EGN ou da Marinha do Brasil.

**ASSINATURA PELO GOV.BR
(LOCAL DA CHANCELA)**

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me permitiu superar as adversidades e me deu saúde e perseverança para superar mais um desafio.

À minha família, que sempre fez de meu lar o meu porto seguro aonde eu pudesse retornar em paz, depois de cada dia de trabalho.

Aos meus amigos, pela eterna camaradagem e ajuda na conclusão deste projeto.

Ao meu orientador, CC (FN) RAFAEL ALVES RODRIGUES FERREIRA, pelo auxílio e paciência na condução de pensamentos e colaboração durante a confecção deste trabalho.

RESUMO

Os rios, em relação ao Estado, são como artérias em relação ao corpo humano. Caso sejam obstruídos, todas as funcionalidades do sistema em questão podem ser comprometidas. Nesse sentido, o controle dos rios torna-se essencial para a vida de uma nação, principalmente em períodos de conflito armado. Nesse último caso, as atividades realizadas para o efetivo controle dos cursos d'água podem ser atribuídas às forças navais ou às tropas terrestres, porém, com ênfase na execução de forma coordenada e cooperativa, pois o controle do rio demanda o controle da respectiva margem, no que podem ser chamadas de Operações Ribeirinhas. Seguindo esse raciocínio, duas batalhas que possuíam o propósito de manter ou negar o controle de rios essenciais se destacaram ao longo da história, uma em território brasileiro, outra em território estadunidense. Tratam-se da Batalha de Curupaiti e da Batalha do Forte Henry, ambas ocorridas no século XIX e que, mesmo com métodos e meios empregados de forma semelhante, geraram efeitos diferentes. Portanto, o propósito da presente pesquisa é identificar as similaridades e as singularidades de cada combate de forma a detectar quais foram os principais fatores que provocaram os referidos resultados distintos. Para tanto, por meio de um estudo comparativo, o presente trabalho verificará o comportamento de cada batalha em relação às funções de combate, que serão os parâmetros de comparação do presente estudo. Dessa forma, a pesquisa concluirá que houve semelhanças e diferenças em todas as funções de combate empregadas por todos os contendores, com duas delas sobressaindo-se como principais responsáveis pelas consequências distintas de ambas as Operações Ribeirinhas, assim como apontará a real influência dos rios sobre as margens em ambos os combates.

Palavras-chave: Operações Ribeirinhas. Batalha de Curupaiti. Batalha do Forte Henry. Funções de Combate.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Manobra realizada na Batalha do Forte Henry.....	54
Figura 2 – Manobra realizada na Batalha de Curupaiti.....	55

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Similaridades entre as batalhas analisadas.....	52
Tabela 2 – Singularidades entre as batalhas analisadas.....	53

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ARib –	Área Ribeirinha
CFN –	Corpo de Fuzileiros Navais
EUA –	Estados Unidos da América
FCjRib –	Força Conjunta Ribeirinha
ForTaRib –	Força-Tarefa Ribeirinha
OpRib –	Operações Ribeirinhas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL E TEÓRICA	12
2.1	As Operações Ribeirinhas.....	12
2.2	Funções de Combate.....	14
2.2.1	A Função de Combate Comando e Controle.....	15
2.2.2	A Função de Combate Manobra.....	16
2.2.3	A Função de Combate Apoio de Fogo.....	17
2.2.4	A Função de Combate Inteligência.....	18
2.2.5	A Função de Combate Proteção.....	19
2.2.6	A Função de Combate Mobilidade e Contramobilidade.....	19
2.3	Conclusões Parciais.....	20
3	A BATALHA DO FORTE HENRY	22
3.1	Antecedentes.....	22
3.2	O Comando e Controle na Batalha do Forte Henry.....	24
3.3	A Inteligência na Batalha do Forte Henry.....	25
3.4	A Manobra e o Apoio de Fogo na Batalha do Forte Henry.....	26
3.5	A Proteção, a Mobilidade e a Contramobilidade na Batalha do ForteHenry.....	28
3.6	Resultados e Consequências.....	29
3.7	Conclusões Parciais.....	31
4	A BATALHA DE CURUPAITI	33
4.1	Antecedentes.....	33
4.2	O Comando e Controle na Batalha de Curupaiti.....	34
4.3	A Inteligência na Batalha de Curupaiti.....	35
4.4	A Manobra e o Apoio de Fogo na Batalha de Curupaiti.....	36
4.5	A Mobilidade, a Contramobilidade e a Proteção na Batalha de Curupaiti.....	37
4.6	Resultados e Consequências.....	39
4.7	Conclusões Parciais.....	40

5	AS SIMILARIDADES E AS SINGULARIDADES.....	42
5.1	As similaridades.....	42
5.2	As singularidades.....	44
6	CONCLUSÃO.....	47
	REFERÊNCIAS.....	50
	APÊNDICES.....	52
	ANEXOS.....	54

1 INTRODUÇÃO

Por muito tempo, o domínio terrestre e o domínio marítimo eram considerados como teatros de guerra independentes. Com a evolução tecnológica e, principalmente, com a invenção do avião, a influência de terra para com o mar aumentou, tornando a estratégia naval e a estratégia terrestre unificadas em um único teatro de conflitos.

Contudo, uma das exceções a essa visão está localizada no que chamamos de Operações Ribeirinhas (OpRib). A responsabilidade das ações militares sobre os rios, apesar de localizados, por vezes, distantes dos mares, recai sobre a Marinha, e as batalhas pelo seu controle remontam séculos, mesmo antes do surgimento da aeronave.

Nesse sentido, a influência das margens para com os rios dá-se de forma diferente da influência do litoral para com o mar, principalmente, por conta da proximidade. Os rios também são vistos como vias de comunicações, sobretudo, em territórios carentes de estradas ou de ferrovias. Dessa forma, em um conflito, o controle dos rios, ou seja, a execução de uma OpRib, pode ser crucial.

O Brasil possui uma imensa malha hidroviária, portanto, o estudo das OpRib que já ocorreram no passado é de grande relevância, precipuamente, para os membros das Forças Armadas, no que tange à coleta de lições aprendidas de sucessos e de infortúnios.

Há inúmeros exemplos de OpRib na história, inclusive na história militar do Brasil, como foram os casos das diversas operações realizadas durante a Guerra do Paraguai (1864-1870). Uma dessas operações ficou conhecida como Batalha de Curupaiti, ocorrida em 1866, que se revelou como um caso de insucesso por parte dos brasileiros.

Outra OpRib realizada quatro anos antes foi a Batalha do Forte Henry, ocorrida no Rio Tennessee, durante a Guerra Civil norte-americana (1861-1865). Em tal ocasião, a vitória ocorreu por parte dos atacantes, mesmo com métodos e meios empregados de forma semelhante ao ocorrido em Curupaiti.

Portanto, para o presente trabalho, selecionamos a Batalha do Forte Henry e a Batalha de Curupaiti como objetos de estudo devido aos desfechos desiguais em cada conflito, mesmo sendo batalhas que ocorreram em períodos próximos, em ambientes similares e com o emprego de material militar equivalente.

Diante desses fatos, coloca-se a seguinte questão da pesquisa: quais foram os principais fatores que provocaram os resultados distintos nas OpRib realizadas durante a Batalha do Forte Henry e durante a Batalha de Curupaiti?

Para respondermos a questão, realizaremos a pesquisa utilizando o método do estudo comparativo entre as duas OpRib, com o propósito de identificar as similaridades e as singularidades de cada combate, utilizando as funções de combate como parâmetros de análise. Também utilizaremos a doutrina de OpRib do Brasil como base conceitual e como denominação das ações realizadas nesse tipo de operação. Dessa forma, estruturamos o presente trabalho em seis capítulos.

Após esta introdução, o segundo capítulo definirá conceitos essenciais acerca da doutrina de OpRib e a posterior explicação sobre os parâmetros de comparação, ou seja, as funções de combate. Durante a explanação acerca das funções de combate, também serão incluídos exemplos de ações que podem ocorrer em uma OpRib correspondente a cada função.

No terceiro capítulo, verificaremos a Batalha do Forte Henry sob a ótica da classificação dos acontecimentos de acordo com as funções de combate. Para isso, observaremos os antecedentes do conflito, o planejamento, os resultados e as consequências do combate em relação à Guerra Civil norte-americana.

De forma similar ao terceiro capítulo, verificaremos a Batalha de Curupaiti no capítulo posterior. Também observaremos os antecedentes históricos que culminaram na eclosão da batalha, assim como o seu planejamento e a sua execução com base nas funções de combate.

A escolha da apresentação das batalhas de acordo com os parâmetros de análise deu-se por conta da simplicidade da posterior comparação no capítulo cinco. Nesse capítulo, verificaremos as similaridades e as singularidades entre os objetos de estudo, tanto por parte dos atacantes, quanto dos defensores.

Finalmente, no sexto capítulo, apresentaremos as respostas à questão da pesquisa e indicaremos linhas de pesquisa futuras, além das implicações para a Marinha do Brasil.

Concluída esta introdução, seguiremos para o capítulo dois, que estabelecerá a base conceitual necessária e as definições dos parâmetros de comparação.

2 FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL E TEÓRICA

Neste capítulo, apresentaremos as bases teóricas do presente estudo. Nesse viés, iniciaremos com o conceito de OpRib e com algumas definições fundamentais relacionadas, como a organização das forças e as definições básicas. A doutrina selecionada como fundamento para esses conceitos foi a da Marinha do Brasil, complementada pela doutrina do Ministério da Defesa do Brasil.

Na sequência, abordaremos o conceito de funções de combate, as características de cada uma e como elas podem ser enquadradas em uma OpRib. Visualizaremos como algumas das Forças Armadas do mundo enxergam tais funções e, por fim, chegaremos a um denominador comum para as suas explicações e para as suas aplicações nas OpRib.

Para o início do capítulo, começaremos estudando o que seria uma OpRib.

2.1 As Operações Ribeirinhas

O mundo, como conhecemos, está repleto de passagens históricas que remetem ao modelo do que pode ser chamado de OpRib. Seja na Revolução Americana (1765-1791), como na Guerra Civil norte-americana, ou mesmo na Guerra do Paraguai e na Guerra do Vietnã (1955-1975), algumas das operações que ocorreram nos referidos conflitos foram classificadas como OpRib (BRASIL, 2020b).

Dessa forma, valendo-se das lições aprendidas desses combates históricos, a Doutrina Militar Naval brasileira (2017) definiu OpRib como a Operação de Guerra Naval¹ “realizada com o propósito de obter e manter o controle de parte ou toda uma Área Ribeirinha (ARib), ou para negá-la ao inimigo” (BRASIL, 2017, p. 3-17).

Por sua vez, a ARib pode ser entendida como o conjunto de cursos d’água e suas margens adjacentes. Assim, a Marinha do Brasil entende que é impraticável o controle dos rios sem o efetivo controle das margens contíguas a essa hidrovia, e que a conservação do

¹ Guerra Naval são as ações militares levadas a cabo em ambientes marítimos, fluviais e em áreas terrestres relevantes para as operações navais, incluindo-se o espaço aéreo sobrejacente (BRASIL, 2017).

controle das linhas de comunicações fluviais será a principal função do Poder Naval² em uma OpRib (BRASIL, 2017).

Tal consideração vai de encontro ao verificado por alguns pensadores da guerra, como Hervé Coutau-Bégarie (1956-2012). Em seu Tratado de Estratégia (2010), em relação ao surgimento do avião, ele afirmou que:

As antigas estratégias terrestre e naval, que coexistiam sem se fundir, se encontram a partir de agora integradas numa estratégia unificada. É esta integração que caracteriza a emergência de uma geoestratégia na época contemporânea, sendo o avião seu principal vetor. Se podemos duvidar da pertinência de uma geoestratégia do ar particularista, devemos lembrar-nos que, sem o ar, não haveria geoestratégia global (COUTAU-BÉGARIE, 2010, p. 646).

Isto posto, podemos observar que a OpRib poderia ser considerada uma exceção à questão da independência do domínio naval e do domínio terrestre antes da invenção do avião, uma vez que a necessidade do controle das margens e vice-versa implica em uma interdependência da guerra naval e da guerra terrestre desde o século XVIII, como no caso da Revolução Americana.

Ainda em relação ao conceito de OpRib, o Manual de Operações Ribeirinhas do Ministério da Defesa do Brasil (2020b) a descreve com uma definição similar à da Marinha do Brasil, com o adendo de que a Força organizada para esse tipo de operação militar deve estar capacitada a operar nas três dimensões de combate, seja nos rios, no ar ou na terra.

Nesse sentido, essa Força que receberá o encargo de executar uma OpRib será chamada de Força-Tarefa Ribeirinha (ForTaRib) e, ao seu Comandante, serão adjudicados meios navais, terrestres e aéreos necessários para o cumprimento da missão (BRASIL, 2017).

Ademais, caso seja uma Operação Conjunta³, a denominação da organização designada para o controle da ARib será de Força Conjunta Ribeirinha (FCjRib) (BRASIL, 2020b). Intitularemos de Força Ribeirinha a denominação genérica de uma organização destinada a cumprir uma OpRib, seja ela realizada por uma única Força Armada, seja ela conjunta.

Outra possibilidade, em relação à organização das forças, seria a de uma força distinta da Força Ribeirinha atuar na área destinada à consecução de uma OpRib. Nessa

² O Poder Naval é o conjunto dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, além de suas estruturas de comando e controle e de logística, que contribuem para a conquista e manutenção dos Objetivos Nacionais de Defesa descritos na Política Nacional de Defesa (BRASIL, 2017).

³ Operação Conjunta é aquela que coordena o emprego de mais de uma Força Singular, com um comando único e cujos propósitos das forças são correlatos e suplementares (BRASIL, 2015).

situação, caso execute ações em proveito da operação em curso, tal força será denominada de Força de Apoio e realizará uma Operação de Apoio (BRASIL, 2020b).

Por se tratar de uma operação que se utiliza dos rios como objetivos ou espaços de manobra, vários tipos de navios e de embarcações poderão integrar uma Força Ribeirinha. Tais meios fluviais terão que ser capazes de serem utilizados para patrulha, para transporte de tropa, para logística, para reconhecimento, para apoio de fogo e para escolta de outras embarcações (BRASIL, 2020b).

A história também mostra que, geralmente, haverá a necessidade de projeção de forças terrestres nas margens dos rios a partir de meios fluviais. Nesse caso, uma área com extensão necessária para o desembarque e condizente para a posterior interiorização pode ser selecionada e receberá a alcunha de Área de Desembarque Ribeirinho (BRASIL, 2020b).

Sendo assim, podemos verificar que, em uma OpRib, é possível ocorrer uma série de outras operações e ações, tanto por conta do espaço abrangente em que pode ser realizada, quanto pela diversidade dos meios empregados. Para analisar de forma objetiva todas as vertentes de uma OpRib, classificaremos essas possíveis ações em funções de combate, que serão o tema da próxima seção.

2.2 Funções de Combate

As funções de combate são ferramentas utilizadas por diversas Forças Armadas em todo o mundo. Para o Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) do Brasil, as funções de combate são um conjunto de atividades que englobam todos os possíveis requisitos e premissas que um Comandante deve considerar no planejamento e na execução de qualquer operação. Ao todo, sete funções são consideradas: Comando e Controle, Manobra, Apoio de Fogo, Inteligência, Logística, Proteção, Mobilidade e Contramobilidade (BRASIL, 2020a).

O Exército Brasileiro entende que as funções de combate reúnem todas as ações, os encargos e os procedimentos interligados que são efetuados pelas diferentes especialidades daquela Força, totalizando seis funções: Comando e Controle, Movimento e Manobra, Inteligência, Fogos, Logística e Proteção (BRASIL, 2019).

No mesmo sentido, o Exército estadunidense também define as funções de combate de forma semelhante ao Exército Brasileiro e acrescenta que tais funções estão unidas por um propósito comum, no qual os Comandantes integram e sincronizam essas capacidades

entre si para cumprir as suas missões designadas. Também considera as mesmas seis funções que a Força Terrestre brasileira considera (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2019a).

Já o Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos da América (EUA) concebe que as funções de combate são um agrupamento de atividades semelhantes em grandes áreas funcionais e que auxiliam no planejamento e na execução das operações. Elas possuem a vantagem de permitirem que todos os aspectos do espaço de batalha sejam observados e que tudo o que seja possível coordenar, controlar, influenciar e sincronizar não fique ao acaso. Tal instituição considera sete funções de combate: Comando e Controle, Manobra, Fogos, Inteligência, Proteção da Força e Informação (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2019b).

Para efeito das análises que serão efetuadas nesta pesquisa, utilizaremos seis funções de combate vislumbradas pelo CFN do Brasil, a saber: Comando e Controle, Manobra, Apoio de Fogo, Inteligência, Proteção, Mobilidade e Contramobilidade. Contudo, os conceitos referentes a cada função serão complementados pela doutrina de outras Forças. A função de combate logística não será abordada, pois seu nível de complexidade demandaria um trabalho exclusivo para a sua verificação nas batalhas analisadas.

2.2.1 A Função de Combate Comando e Controle

A função de combate comando e controle refere-se à execução da direção e à verificação das atividades das forças subordinadas no cumprimento de suas tarefas, englobando todos os meios e todas as atividades necessárias ao exercício da influência de um Comandante durante o planejamento e a execução de suas operações (BRASIL, 2020a).

Assim, o comando é uma função pessoal decorrente da competência profissional, da personalidade e da vontade do Comandante. Grande parte das ações em combate decorre das suas intenções, das suas orientações e das suas decisões, além da forma como ele recebe o resultado das interações. Já o controle permite que o Comandante ajuste e modifique as ordens emanadas durante o comando conforme necessário, com base no fluxo de informações acerca da situação (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2019b).

Ademais, o comando e controle combina a habilidade de comandar com a técnica de controlar, sendo capaz de integrar todas as demais funções de combate por meio de sua estrutura de comunicações (BRASIL, 2019).

Nas OpRib, uma particularidade das comunicações é a necessidade do enlace permanente entre as tropas terrestres e os meios fluviais. Contudo, a função de combate comando e controle é limitada devido à ação do ambiente ribeirinho, que dificulta o estabelecimento das comunicações, acarretando na necessidade de descentralização das ações (BRASIL, 2020b).

Portanto, percebemos que o comando e controle é uma das principais funções de combate, pois coordena todas as demais. Nas OpRib, em específico, podemos inferir que a preocupação na definição do comandante de uma Força Ribeirinha reflete a constatação da dificuldade do pleno exercício da função de combate comando e controle por conta do ambiente terrestre e fluvial constantes em uma ARib. Agora, passaremos a verificar a função de combate manobra.

2.2.2 A Função de Combate Manobra

A manobra é a conjugação do fogo com o movimento de uma Força que possibilita o cumprimento de determinada missão a partir de uma posição favorável. Essa posição não necessariamente está associada ao espaço físico, mas pode, também, ser referente à tomada de decisões e à execução de ações mais céleres do que as do adversário (BRASIL, 2020a).

Além disso, a função de combate manobra pode ser utilizada por Comandantes para que seja possível obter a surpresa, o choque e a concentração em locais decisivos. As seguintes ações estão associadas a essa função de combate: movimento das forças, aplicação de fogos diretos, ocupação de áreas e a projeção de tropas (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2019a).

Uma das possíveis formas de manobra em uma OpRib é o Assalto Ribeirinho, que compreende a projeção de tropas em uma Área de Desembarque Ribeirinho com a finalidade de conquistar e manter objetivos terrestres, podendo ser a ação terrestre inicial de uma Força Ribeirinha ou a ação principal dessa Força (BRASIL, 2020b).

Outra possível manobra em uma OpRib são os bloqueios fluviais, que consistem nas ações desencadeadas para impossibilitar a passagem do oponente por determinado trecho do curso d'água. Para um efetivo bloqueio, posições defensivas nas margens devem ser

preparadas em conjunto com ações dos meios fluviais, combinando as capacidades terrestres e navais, principalmente, quando houver a minagem dos rios (BRASIL, 2020b).

A doutrina de OpRib do Brasil prevê que a Marinha pode atuar em operações de ataque nos rios, em suas margens e nas áreas terrestres contíguas, além de controlar as linhas de comunicações fluviais e efetuar ações de escolta. Já o Exército Brasileiro tem a capacidade de atuar em bloqueios fluviais, em assaltos ribeirinhos, ou realizar ações ofensivas e defensivas (BRASIL, 2020b).

Desta forma, podemos afirmar que a manobra é a função de combate que efetuará o esforço necessário para o cumprimento de determinada missão, podendo ser associada a uma ideia de execução de uma tarefa, ou mesmo aos elementos que compõem esse esforço.

2.2.3 A Função de Combate Apoio de Fogo

O apoio de fogo é empregado para auxiliar a manobra, seja limitando ou inutilizando o poder de fogo do oponente ou desordenando o deslocamento de suas forças. Tanto o armamento orgânico das tropas quanto os fogos de apoio devem atuar integrados de forma que os atributos de cada sistema de armas sejam potencializados e que o apoio ininterrupto seja mantido (BRASIL, 2020a).

Outrossim, o emprego coordenado de sistemas de aquisição de alvos, das armas de fogos diretos e indiretos, incluindo os fogos das aeronaves, compõem a função de combate apoio de fogo que, quando executados em apoio à manobra, possibilitam a modelagem do campo de batalha, estabelecendo condições para uma ação decisiva (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2019b).

Nesse sentido, em uma OpRib, o apoio de fogo pode ser empregado para neutralizar, interditar, inquietar ou destruir os objetivos designados. As principais plataformas de tiro que podem apoiar as manobras pelo fogo são a artilharia de campanha e os meios fluviais (BRASIL, 2020b).

O emprego da artilharia em OpRib é deteriorado pela dificuldade da observação dos fogos, da pobreza das comunicações e pelas dificuldades que o terreno impõe, principalmente, a mobilidade. Uma medida para mitigar tais contratempos é o posicionamento de peças de artilharia em meios fluviais como barcaças ou meios flutuantes improvisados (BRASIL, 2020b).

Assim como a artilharia de campanha, o emprego de meios fluviais como apoio de fogo nas OpRib possui diversas restrições, como por exemplo a necessidade de aproximação das embarcações das margens e da observação dos fogos e das comunicações. O que maximizará tanto os fogos de artilharia quanto os fogos dos meios fluviais é a coordenação do apoio de fogo em um mesmo órgão da Força Ribeirinha considerada (BRASIL, 2020b).

Isto posto, vimos que o apoio de fogo está intimamente ligado à manobra, sendo uma função de combate que maximizará o exercício desta última. Também vimos que, diferentemente de uma operação terrestre convencional, as OpRib podem contar com navios que possuem estações de tiro para apoiar a manobra terrestre.

2.2.4 A Função de Combate Inteligência

A função inteligência está intimamente ligada aos conhecimentos acerca das características do campo de batalha e sobre o adversário. Tal atividade permite que um Comandante amplifique o seu entendimento da situação em sua área de operações, seja sobre aspectos físicos do terreno e das condições climáticas ou sobre a população e as atividades do oponente. Os referidos conhecimentos auxiliam o processo de tomada de decisão tanto nas fases de planejamento quanto durante a execução da operação (BRASIL, 2020a).

Além de auxiliar na compreensão da situação, a inteligência possibilita a verificação de novas oportunidades e a avaliação dos efeitos das ações sobre o inimigo, reduzindo a incerteza e o risco (ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA, 2019b).

Dessa forma, as atividades relacionadas à inteligência podem ser as de reconhecimento, de vigilância e as de busca de alvos (BRASIL, 2019).

As OpRib, por sua vez, requerem uma série de conhecimentos necessários ao planejamento das operações como aspectos topográficos, dados hidrográficos dos rios, existência de obstáculos, táticas inimigas de minagem fluvial, localização e atividade inimiga na área de operações como um todo. Tanto a Marinha do Brasil quanto o Exército Brasileiro tem a possibilidade de conduzir operações de inteligência, de esclarecimento, de reconhecimento e de vigilância nas ARib (BRASIL, 2020b).

Portanto, a inteligência mostra-se como uma ferramenta que o comandante de uma Força Ribeirinha possui, a qual permitirá que ele decida a ideia de manobra a seguir,

dependendo dos dados coletados. Outra preocupação de um comandante se dá na função de combate proteção, que será estudada a seguir.

2.2.5 A Função de Combate Proteção

A proteção pode ser entendida como a preservação de uma força em razão de sua eficácia em combate em lugar e momento apropriado. Dentre as atividades relacionadas à proteção, podemos associar o emprego de camuflagem, o controle de emissões eletromagnéticas, as fortificações, as forças de segurança e a neutralização dos meios de manobra do inimigo (BRASIL, 2020a).

Outras tarefas relacionadas a essa função de combate visam à conservação da liberdade de ação por meio da identificação, da prevenção e da mitigação de possíveis ameaças, assim como a preocupação com a preservação da população civil (BRASIL, 2019).

Em uma OpRib, operações de patrulhas e de vigilância podem controlar pontos críticos⁴ e o tráfego aquaviário para proporcionar segurança à Força Ribeirinha. Da mesma forma, a engenharia pode apoiar as tropas com assessoria em camuflagem e na construção de instalações, assim como os navios e as embarcações que participam das operações de patrulhas e de vigilância podem ser velozes e blindados (BRASIL, 2020b).

Assim sendo, devido à influência que a terra pode sofrer dos rios e vice-versa, a proteção apresenta-se como uma das funções de combate que se sobressaem em uma OpRib, não devendo ser negligenciada por seus comandantes. Por fim, verificaremos a função de combate mobilidade e contramobilidade.

2.2.6 A Função de Combate Mobilidade e Contramobilidade

Uma vez que uma força consegue incrementar a sua capacidade de deslocamento ou deteriorar a do inimigo, uma superioridade pode ser alcançada. Um incremento na mobilidade pode ser obtido com meios de transporte adequados, com o melhoramento da trafegabilidade das vias de comunicação, apoio do movimento pelo fogo e com a redução dos efeitos das ações de contramobilidade do inimigo (BRASIL, 2020a).

⁴ Ponto crítico é uma posição localizada nas margens dos rios onde é possível que o inimigo se estabeleça para controlar, observar ou efetuar fogos em determinado segmento da hidrovia (BRASIL, 2015).

Além disso, as ações relacionadas à função mobilidade podem incluir a remoção de obstáculos, a desminagem e o melhoramento de estradas. Já a contramobilidade pode englobar atividades de lançamento de obstáculos em coordenação com os fogos (BRASIL, 2020a).

Nas OpRib, a mobilidade terrestre é prejudicada devido à presença de inúmeras hidrovias e de grandes áreas alagadas, à vegetação pouco permeável e à precariedade das estradas. Já a mobilidade dos meios fluviais pode ser prejudicada pela presença de obstáculos submersos ou flutuantes, bem como pelo regime das cheias e da configuração das margens (BRASIL, 2020b).

Nesse sentido, a engenharia é uma ferramenta para prover a mobilidade e a contramobilidade nas OpRib. Ela pode apoiar realizando a remoção de perigos à navegação e a preparação das margens nas Áreas de Desembarque Ribeirinho. Já a contramobilidade pode ser obtida, principalmente, com a minagem de cursos d'água em um bloqueio fluvial (BRASIL, 2020b).

Em suma, a mobilidade e a contramobilidade são elementos que podem tanto potencializar quanto depreciar a capacidade de uma Força Ribeirinha, dependendo da forma em que for explorada. Sendo assim, passaremos às conclusões parciais do presente capítulo.

2.3 Conclusões Parciais

Neste capítulo, vimos que as OpRib pertencem a um conjunto complexo de operações que envolvem vários aspectos relacionados ao terreno, à composição das forças em combate e às preocupações que um Comandante deve atentar para lograr êxito.

Também verificamos que o conceito de OpRib atrela o seu propósito ao controle de determinado espaço geográfico, no caso, a ARib, que é formada por rios e por suas margens. Esse controle pode ser obtido ou negado, dependendo da finalidade da operação.

Outra questão verificada foi que, independente do comandante de uma Força Ribeirinha, tal força deve ser capaz de atuar nas três dimensões de combate, seja nos rios, na terra ou no ar. Para o presente trabalho, as atividades serão centradas nas ações fluviais e terrestres.

Ademais, as preocupações de um comandante podem ser agrupadas nas funções de combate, que são conjuntos de requisitos e de capacidades que merecem atenção para que

todos os aspectos necessários ao planejamento e à execução de uma missão sejam estudados.

Nesse sentido, percebemos que algumas das funções de combate contribuem para as demais funções, muitas vezes simultaneamente. Como visto anteriormente, a inteligência provê os dados para que seja decidida uma manobra em específico, que será apoiada pelo fogo e pela proteção, levando em consideração a mobilidade e a contramobilidade da região, com o comando e controle integrando todas essas funções.

Por fim, no presente trabalho, utilizaremos seis funções de combate vislumbradas pelo CFN do Brasil e a correlação de seus conceitos com as características das OpRib analisadas neste capítulo. Para o prosseguimento do trabalho, começaremos analisando a Batalha do Forte Henry.

3 A BATALHA DO FORTE HENRY

No presente capítulo, abordaremos as ações ocorridas durante a Batalha do Forte Henry, ocorrida durante a Guerra Civil estadunidense, no ano de 1862. O foco deste capítulo é analisar a conduta dos dois lados do conflito, sob os parâmetros das funções de combate explicitadas no capítulo anterior. Para isso, verificaremos as motivações, o planejamento dos contendores, os resultados e as consequências da batalha em questão.

Para entendermos o conflito de forma clara, iniciaremos com uma contextualização histórica, que é o tema da seção a seguir.

3.1 Antecedentes

Pouco antes da posse de Abraham Lincoln (1809-1865) como presidente dos EUA em fevereiro de 1861, os estados da Carolina do Sul, Mississippi, Flórida, Alabama, Geórgia, Louisiana e Texas haviam fundado os Estados Confederados da América, separando-se da União. Entre abril e maio de 1861, mais quatro estados juntaram-se aos confederados, dentre eles, o estado do Tennessee. A crise política agravou-se ainda mais quando as forças confederadas atacaram o Forte Sumter, na Carolina do Sul, evento que marcou o início dos confrontos da Guerra Civil Norte-Americana (VIDIGAL; ALMEIDA, 2009).

A estratégia de Lincoln para as ações da União consistiu na realização de um bloqueio naval para isolar a economia dos confederados, impedindo-os de receber suprimentos do exterior. Ademais, pretendia controlar o rio Mississippi e o rio Tennessee, que eram importantes vias de comunicação para o sul, e tal ação impossibilitaria o seu uso aos componentes dos Estados Confederados da América. Tal estratégia foi implementada por meio do Plano Anaconda (VIDIGAL; ALMEIDA, 2009).

O início do bloqueio naval ocorreu ainda em 1861 e foi um grande sucesso, muito por conta do número inferior de navios dos Estados Confederados em relação à União (VIDIGAL; ALMEIDA, 2009).

Sem uma marinha adequada, a melhor opção do Sul para defender suas vias navegáveis interiores seria a construção de fortificações nas margens dos rios ocidentais (ENGEL, 2023).

O rio Mississippi era um dos principais objetivos do Plano Anaconda, pois ele era um rio fronteiro entre os EUA e os Estados Confederados, além de correr diretamente para o coração da Confederação. Mais a leste, o rio Tennessee e o rio Cumberland também mergulhavam para o sul, porém cruzavam estados dos dois lados da disputa (SMITH, 2016).

Com intuito de proteger a maior artéria de comércio e de comunicação em seu domínio, o alto comando confederado considerou como principal prioridade a defesa do rio Mississippi e, secundariamente, foram iniciadas as pesquisas para a escolha de locais para a construção de dois fortes entre os rios Tennessee e Cumberland. O primeiro local selecionado estava localizado na margem oeste do rio Cumberland, e o segundo local estava na margem leste do Tennessee, sendo nomeados de Forte Donelson e Henry, respectivamente (ENGEL, 2023).

O Forte Donelson, no rio Cumberland, foi construído em um terreno elevado que possuía observação sobre o rio, ao contrário do Forte Henry, que foi construído em um terreno baixo e suscetível a inundações, devido à indisponibilidade de melhores terrenos no rio Tennessee. O comando da defesa dos dois fortes foi assumido pelo General de Brigada Lloyd Tilghman (1816-1863), que percebera as deficiências do pretense bloqueio fluvial. Para minimizar tais limitações, foi construído um forte na margem oposta à margem do Forte Henry em um terreno mais elevado, batizado de Forte Heiman (SMITH, 2016).

Do lado da União, nos primeiros momentos da Guerra Civil, a cidade de Cairo, no estado de Illinois, ao norte de Tennessee, foi escolhida para o estabelecimento de uma base das Forças Armadas dos EUA. Nessa cidade, o Almirante Andrew H. Foote (1816-1863), comandante da Flotilha Ocidental da Marinha dos EUA, juntou-se ao General de Brigada Ulysses S. Grant (1822-1885) do Exército unionista, engajando-se em sua primeira operação conjunta na tomada de Paducah, no estado neutro de Kentucky, em 1861. Tal conquista solidificou uma linha de avanço no rio Cumberland e forneceu um ponto de vantagem para a observação das fortificações inimigas mais ao sul para a preparação do rompimento dessa linha de defesa (ENGEL, 2023).

Em virtude do que foi mencionado, podemos verificar a importância dos rios Tennessee e Cumberland, tanto para as ações dos EUA quanto para a Confederação. O controle de tais rios, naquele momento, pertencia aos confederados, que pretendiam negar o seu uso pelos unionistas, pois tais hidrovias eram umas das poucas vias de penetração das forças dos EUA em direção ao território inimigo. Contudo, para o prosseguimento das ações,

seria necessária a conquista dos Fortes Henry e Donelson. A seguir, analisaremos a Batalha do Forte Henry por meio das funções de combate, tanto pela ótica da União, quanto da Confederação.

3.2 O Comando e Controle na Batalha do Forte Henry

Do lado da União, o Major General Henry W. Halleck (1815-1872) era o comandante das forças militares na região dos rios Tennessee e Cumberland durante Guerra Civil, com seu quartel-general localizado em Saint Louis. Mais ao sul, na cidade de Cairo, na confluência dos rios Mississippi e Ohio, encontrava-se o quartel-general de um de seus subordinados diretos, o General de Brigada Ulisses S. Grant (SMITH, 2016).

Na cidade de Paducah, a leste de Cairo, o rio Ohio dava origem aos afluentes Cumberland e Tennessee. Naquela cidade, estava localizado o quartel-general do General Charles F. Smith (1807-1862), um dos subordinados de Grant. Outro subordinado de importância na cadeia de comando de Grant foi John A. McClernand (1812-1900), um político comissionado general por conta da eclosão da guerra (SMITH, 2016).

O melhor relacionamento de Grant era com o Almirante Andrew H. Foote da Marinha dos EUA. Ambos possuíam equivalência hierárquica, porém Foote demonstrou profissionalismo e respeito para com Grant desde o início da guerra. As relações da Marinha com o Exército, naquela ocasião, não seguiam uma doutrina conjunta clara, sendo o sucesso da operação dependente de uma cooperação eficaz, do respeito mútuo e das relações interpessoais (LAVER, 2020).

Como Halleck não possuía uma boa relação com Grant, o endosso de Foote ao plano elaborado por Grant, em carta enviada ao quartel-general das forças ocidentais a Saint Louis, foi vital para que houvesse a aprovação da operação de conquista dos Fortes Henry e Donelson (LAVER, 2020).

Dessa forma, podemos perceber que o comando da operação de tomada do Forte Henry possuía certa complexidade por conta de relacionamentos interpessoais e de personalidades divergentes. Grant seria o comandante de toda a operação, e como havia a necessidade de apoio da Marinha, não existia ali uma clareza acerca das relações de comando entre as forças terrestres e navais. Com isso, não podemos afirmar se ali houve a

estruturação de uma FCjRib ou duas operações distintas entre o ambiente fluvial e terrestre com mútua cooperação, como é o caso das Forças de Apoio.

O comandante confederado, General de Brigada Lloyd Tilghman, normalmente, mantinha seu quartel-general no Forte Donelson. Para ajudar na comunicação dentro de seu comando, Tilghman conectou o Forte Henry e o Forte Donelson por telégrafo com cerca de trinta e cinco milhas de fio no total (SMITH, 2016).

Tendo em vista os aspectos apresentados, comparando as questões relacionadas ao comando entre os contendores, podemos concluir que os confederados possuíam uma cadeia de comando mais clara e mais simples do que a dos unionistas. Com relação ao controle, o telégrafo também simplificou as comunicações existentes entre as forças defensoras, uma vez que as forças dos EUA teriam o desafio de manter o enlace entre navios e tropas terrestres para a coordenação das ações. Na próxima seção, verificaremos a função de combate inteligência na Batalha do Forte Henry.

3.3 A Inteligência na Batalha do Forte Henry

No início do ano de 1862, o maior problema considerado pelas forças da União para a realização de um ataque nos rios Tennessee ou Cumberland era a falta de conhecimento sobre as defesas e sobre as capacidades inimigas. Ainda não havia operações na área, e as pequenas canhoneiras⁵ revestidas de madeira não haviam avistado as instalações inimigas, muito menos foram capazes de descobrir o quão extensas eram as defesas (SMITH, 2016).

O General Smith, que estava sediado em Paducah, local sob o controle da União mais próximo dos fortes, foi o responsável por obter conhecimentos acerca dos confederados no Forte Henry. Continuamente, Smith enviava canhoneiras ao rio Tennessee para verificar as capacidades do Forte Henry. Contudo, por não possuírem blindagem, tais embarcações não conseguiam se aproximar de forma adequada (SMITH, 2016).

Entretanto, em 20 de janeiro de 1862, após solicitar provisões em sua posição, Smith recebeu, como adicional, uma canhoneira blindada denominada Lexington. Enquanto os suprimentos eram distribuídos, Smith embarcou na Lexington e conseguiu aproximar-se a

⁵ Canhoneiras são embarcações armadas com canhões que foram utilizadas na Guerra Civil norte-americana. Grande parte de sua estrutura era submersa, o que lhe favorecia em proteção, porém dificultava a observação de seu navegador (SMITH, 2016).

duas milhas do Forte Henry. A canhoneira blindada disparou quatro tiros no forte, recebendo apenas um em troca, mesmo assim, fora do alcance. Com isso, Smith regressou para Paducah com muitas informações que influenciaram o plano de conquista do forte do rio Tennessee (SMITH, 2016).

Tilghman, por sua vez, possuía batedores montados a cavalo que verificavam, constantemente, a situação das margens nos arredores do Forte Henry. Esses batedores foram os responsáveis por informá-lo dos momentos do desembarque das tropas da União e de seu posterior avanço em direção ao forte (SMITH, 2016).

A inteligência, portanto, foi uma preocupação de ambos os lados da contenda. Os EUA se beneficiaram devido ao comissionamento de uma embarcação blindada que garantiu a mobilidade e a proteção necessária para a aproximação ao Forte Henry. Já os confederados não utilizaram embarcações em suas ações de obtenção de conhecimentos e, como verificamos, mantiveram-se restritos às proximidades do forte. A seguir, verificaremos como se deu a manobra e o apoio de fogo na Batalha do Forte Henry.

3.4 A Manobra e o Apoio de Fogo na Batalha do Forte Henry

A manobra planejada pelas forças dos EUA consistia na subida do rio Tennessee, a partir de Paducah, com sete canhoneiras, sendo quatro delas blindadas, além de navios de transporte que levariam cerca de 15.000 soldados do Exército da União. O planejado era o desembarque das tropas a cinco milhas ao norte do Forte Henry, enquanto as canhoneiras aproximar-se-iam do referido forte para prover o apoio de fogo às forças terrestres. Depois da conquista do Forte Henry, o objetivo seria o Forte Donelson, no rio Cumberland (ENGEL, 2023).

As quatro canhoneiras blindadas seguiriam, primeiro, pelo rio Tennessee e abririam fogo quando o navio Cincinnati, o capitânia⁶, iniciasse os seus disparos. As canhoneiras, também, realizariam a escolta dos navios que efetuariam o transporte das tropas do Exército (SMITH, 2016).

A intenção do desembarque das tropas em local acima do Forte Henry era atacar e conquistar o referido forte após o recebimento das ordens e interromper qualquer retirada de tropas confederadas para o Forte Donelson, enquanto a Marinha atacava a margem do

⁶ Capitânia é o navio onde se encontra o comando de uma Força Naval (BRASIL, 2015).

rio. Devido ao grande número de soldados de infantaria, de artilharia e de cavalaria, as tropas deveriam ser transportadas desde Paducah em duas viagens. Na primeira viagem, McClernand seria o comandante da tropa e deveria efetuar o primeiro desembarque, além de conquistar o Forte Henry. A segunda viagem levaria Smith, o comandante da tropa subsequente, que possuía a tarefa de conquistar o Forte Heiman, na margem oposta ao Forte Henry (SMITH, 2016).

Com relação ao apoio de fogo, apesar de possuir artilharia terrestre, grande parte do plano de Grant pautava-se na eficácia das canhoneiras da Marinha, pois, além de enfraquecer as defesas do Forte Henry, permitiriam facilitar o deslocamento de suas tropas no terreno em direção ao forte de forma mais segura. As canhoneiras blindadas possuíam de três a quatorze canhões em seus conveses, e seus calibres variavam de oito polegadas, 32 e 42 libras, além de possuírem o alcance de duas milhas (TUCKER, 2000).

A manobra dos confederados estava centrada na defesa dos fortes. Ao todo, nos fortes Henry e Heiman, Tilghman possuía 3.400 defensores, que foram treinados de forma expedita e estavam mal equipados, com espingardas e armas de caça (GARCIA, 2021).

Já em relação ao apoio de fogo, o Forte Henry possuía um total de dezessete canhões, sendo os mais poderosos um rifle de 24 libras, um canhão de 10 polegadas e dois canhões de 42 libras. Onze canhões ficavam posicionados para o rio, atravessando as frestas formadas pelos parapeitos entre os canhões com sacos de areia posicionados. O Forte Heiman não possuía armamentos no momento da batalha, pois sua construção ainda não havia sido finalizada (SMITH, 2016).

Comparando a manobra planejada por ambos os contendores, podemos observar que, pelo lado dos unionistas, foi planejado um Assalto Ribeirinho, pois tratou-se da projeção de tropas em uma Área de Desembarque Ribeirinho com o propósito de conquistar um objetivo terrestre, no caso do Forte Henry. Ao Exército, coube a realização do assalto ribeirinho propriamente dito, enquanto a Marinha encarregou-se das ações de ataque nas margens dos rios e nas ações de escolta. Podemos perceber que tais atividades estão condizentes com o preconizado pela doutrina de OpRib do Brasil.

O apoio de fogo da União foi planejado para auxiliar a manobra terrestre, visando a inutilizar o poder de fogo dos confederados no Forte Henry, com preponderância dos fogos a partir dos meios fluviais. A artilharia de campanha foi prejudicada pela mobilidade, que veremos com mais detalhes na próxima seção.

Podemos classificar a manobra da Confederação como um bloqueio fluvial, pois visava a impossibilitar a passagem dos meios dos EUA por determinado trecho do curso d'água, no caso, o rio Tennessee, onde foram preparadas posições defensivas nas margens. Contudo, não foram observados meios fluviais que apoiassem o referido bloqueio. Como verificamos no capítulo dois, a combinação das capacidades terrestres e navais em um bloqueio fluvial maximiza a sua efetividade.

O apoio de fogo dos confederados estava amparado nos canhões do Forte Henry. Comparando o poder de fogo dos EUA com os Estados Confederados, é possível percebermos, pelo menos em quantidade, a superioridade da União. Na próxima seção, veremos como foi observada a mobilidade, a contramobilidade e a proteção durante a Batalha do Forte Henry.

3.5 A Proteção, a Mobilidade e a Contramobilidade na Batalha do Forte Henry

A principal proteção das tropas da União foi proporcionada pelas canhoneiras blindadas. Como verificado na seção anterior, as canhoneiras realizaram a escolta dos navios de transporte das tropas do Exército da União até a Área de Desembarque Ribeirinho. Nem todas as partes dessas embarcações eram cobertas com ferro, pois apenas as áreas mais críticas das caldeiras, os motores e as rodas de pás eram protegidas pelas couraças blindadas. O restante da embarcação era de madeira (SMITH, 2016).

Com relação à mobilidade, o rio Tennessee foi a principal via utilizada pelos EUA. O Exército foi transportado em nove navios de transporte até a Área de Desembarque, e a forte chuva que ocorreu na ocasião facilitou a navegação das embarcações. O movimento terrestre foi prejudicado, pois a chuva a trafegabilidade pelo terreno, impedindo o avanço com velocidade da infantaria, da cavalaria e da artilharia (SMITH, 2016).

Os confederados possuíam a proteção advinda da fortificação do Forte Henry. Sua linha de defesa era composta de três áreas. A área principal consistia do próprio forte, uma fortaleza de cinco lados, com paredes de barro que possuíam vinte pés de altura e vinte pés de espessura na base. Um segundo nível de defesa ficava fora do forte e defendia os seus acessos, enquanto que a última camada de defesa consistia em trincheiras cavadas no terreno mais alto e seco, a leste do forte (SMITH, 2016).

Para sua mobilidade, Tilghman contou com cinco embarcações a vapor, que ficavam abarrancadas na margem ao sul do Forte Henry. Essas embarcações eram utilizadas para o transporte das tropas de uma margem para outra, entre os fortes Heiman e Henry (SMITH, 2016).

A contramobilidade planejada pelos confederados consistia em vinte minas flutuantes ancoradas no fundo do rio, com cinco pés de comprimento e um pé de diâmetro, carregando setenta libras de pólvora negra (GARCIA, 2021).

É possível verificarmos a grande preocupação com a proteção por ambos os lados do conflito. Os unionistas basearam-se na proteção blindada das embarcações para a aproximação de suas forças e os confederados em sua fortaleza, apoiando-se, ainda, nas condições adversas do terreno.

Também podemos concluir que a mobilidade na ARib em questão, assim como na doutrina de OpRib, foi prejudicada pela grande incidência de áreas inundadas e pelo regime das cheias do rio Tennessee. Tanto os EUA quanto a Confederação possuíam embarcações para contrapor-se a esses contratempos, contudo as tropas terrestres foram prejudicadas.

Por fim, a contramobilidade empregada pelos confederados foi realizada com o intuito de conjugar a manobra de bloqueio fluvial a partir do emprego da minagem do curso d'água, principal método empregado para esse fim. Na próxima seção, verificaremos como se deu o combate propriamente dito e os seus desdobramentos.

3.6 Resultados e Consequências

As tropas comandadas por McClernand desembarcaram em uma região que distava 13 km do Forte Henry, na madrugada de 04 de fevereiro de 1862. Concomitantemente, o próprio General Grant, embarcado na canhoneira blindada Essex, aproximou-se do forte e verificou que havia uma área mais próxima à referida fortaleza que não estava protegida. Prontamente, Grant encaminhou-se para a primeira área de desembarque e ordenou que McClernand reembarcasse nos meios fluviais para efetuar uma nova projeção sobre terra, o que ocorreu no final da tarde de 04 de fevereiro, na região de Bailey's Landing, que ficava a cinco km ao norte do Forte Henry (SMITH, 2016).

Após o desembarque, McClernand não conseguiu progredir com facilidade, pois as chuvas impossibilitaram o deslocamento, em condições favoráveis, em direção ao Forte

Henry. Os meios fluviais de transporte regressaram a Paducah e embarcaram as tropas de Smith, que desembarcou próximo ao Forte Heiman e o conquistou em 05 de fevereiro de 1862 (SMITH, 2016).

A aproximação do exército federal e das forças navais não foi surpresa para Tilghman, pois seus batedores relataram a aproximação das embarcações de Foote. Após ordenar que o Forte Heiman fosse abandonado para reforçar o Forte Henry, os confederados tiveram o empecilho de, além de se preocupar com a aproximação do inimigo, trabalhar para manter a água fora do forte, devido à subida repentina do rio ocasionada pelas chuvas (SMITH, 2016).

Com as canhoneiras blindadas na vanguarda, Foote decidiu iniciar o seu ataque ao Forte Henry, mesmo sem a chegada das tropas de Grant. O ataque iniciou ao meio dia de 06 de fevereiro de 1862, com as canhoneiras aproximando-se da posição do forte, o que permitiu um intenso poder de fogo sobre os canhões daquela fortaleza (ENGEL, 2023).

Conforme o inimigo aproximava-se, Tilghman passou a retirar a tripulação do Forte Henry para o Forte Donelson, deixando poucos homens para operar os canhões restantes. Apenas o canhão de 10 polegadas conseguiu penetrar a blindagem das canhoneiras e, devido ao aumento do nível do rio, as minas flutuantes desprenderam-se do fundo e tornaram-se inofensivas. Com isso, a tropa restante do Forte Henry rendeu-se à Foote às 14 horas de 06 de fevereiro, com dez mortos e onze feridos, e com as tropas de Grant chegando uma hora depois (GARCIA, 2021).

Ao final, sete canhões do Forte Henry ficaram inutilizados, e apenas uma canhoneira blindada ficou avariada, culminando em doze mortes e 27 feridos do lado da União. Após a conquista, os unionistas voltaram suas atenções para o Forte Donelson, que foi conquistado em 16 de fevereiro, após quatro dias de intensos combates. A queda dos dois fortes e o controle dos rios Tennessee e Cumberland permitiram a posterior conquista de Nashville, capital do estado e principal cidade industrial para a manutenção do esforço de guerra, abalando, efetivamente, a Confederação (GARCIA, 2021).

Como observamos, a execução da operação de conquista do Forte Henry ocorreu de forma diferente da manobra planejada por ambos os contendores. Devido à questão das intempéries, tanto unionistas quanto confederados foram prejudicados, sendo os primeiros em sua mobilidade terrestre e os segundos na execução da sua contramobilidade e da sua proteção.

No mesmo sentido, a manobra dos EUA foi adaptada em duas ocasiões. Primeiramente, na mudança da Área de Desembarque Ribeirinho em virtude de um reconhecimento aproximado efetuado pelo comandante da operação, o General Grant. Segundo, devido à decisão do Almirante Foote de não aguardar a aproximação das tropas terrestres para o início do apoio de fogo naval, que, pelo resultado, foi uma decisão acertada.

Já os confederados adaptaram sua manobra ao desguarnecer o Forte Heiman para concentrar suas forças no Forte Henry e, posteriormente, retrair grande parte de seus soldados para o Forte Donelson. Em um primeiro momento, podemos inferir que a informação recebida sobre a aproximação de um grande contingente aliada à posição desvantajosa do Forte Henry em relação ao terreno pesou na decisão do General Tilghman na execução dessa manobra, principalmente, ao perceber o poder de fogo e a proteção superior das canhoneiras blindadas. Maiores detalhes acerca da manobra executada podem ser visualizados na figura 1, Anexo A.

Sendo assim, passaremos às conclusões parciais do presente capítulo.

3.7 Conclusões Parciais

Neste capítulo, pudemos observar como a Batalha do Forte Henry foi planejada e executada segundo as funções de combate, além de ter sido possível verificarmos as suas consequências para a Guerra Civil estadunidense.

O comando e controle realizado pelos unionistas consistiu de duas Forças Ribeirinhas, sendo uma comandada pelo General Grant e outra pelo Almirante Foote. O conceito de operações conjuntas não era consolidado na época, portanto o sucesso da operação dependia da cooperação entre as forças e, principalmente, do bom relacionamento de seus comandantes, o que foi observado entre Foote e Grant. Os confederados possuíam uma cadeia de comando mais simples, pois todas as tarefas foram realizadas no ambiente terrestre, com o General Tilghman à frente das ações.

Pela inteligência, verificamos que as forças de Grant realizaram um grande esforço de obtenção de conhecimentos para permitir a tomada de decisão na manobra a ser realizada, tanto na fase de preparativos, quanto na fase de execução, como foi o caso da verificação de

uma Área de Desembarque Ribeirinho mais próxima ao objetivo. A Confederação valeu-se de batedores que conseguiram influenciar na decisão de retirada dos Fortes Heiman e Henry.

Com relação à manobra, observamos que os EUA implementaram um Assalto Ribeirinho conjugado com um ataque às margens dos rios, sendo esses realizados pelo Exército e pela Marinha, respectivamente. Os confederados planejaram e executaram um bloqueio fluvial que não logrou êxito.

O apoio de fogo da União foi superior ao da Confederação, tanto em termos quantitativos quanto em termos qualitativos e, aliado à proteção, permitiu a aproximação das canhoneiras em posição próxima ao Forte Henry para a concentração de fogos e para a posterior destruição de grande parte de seus canhões, provando que os confederados não fortificaram suas instalações de forma eficiente.

Já a mobilidade fluvial da União foi facilitada em virtude da grande chuva que ocasionou a subida do rio Tennessee, ao mesmo tempo em que dificultou a mobilidade das tropas terrestres, resultando na chegada dessas tropas ao Forte Henry após a sua conquista pela Marinha. A contramobilidade empregada pelos confederados, por sua vez, também foi prejudicada pelas chuvas, já que as minas flutuantes perderam o seu propósito.

Uma vez verificada a Batalha do Forte Henry, passaremos a averiguar a Batalha de Curupaiti, tema do próximo capítulo.

4 A BATALHA DE CURUPAITI

Neste capítulo, verificaremos como a Batalha de Curupaiti, ocorrida em 1866, durante a Guerra do Paraguai, enquadra-se nas funções de combate. O propósito do presente capítulo será analisar a condução do conflito de ambos os lados da disputa. De forma similar ao capítulo anterior, verificaremos as causas, os planos, o desfecho e as decorrências da referida contenda.

Na próxima seção, faremos uma contextualização histórica da batalha para que possamos entendê-la melhor, de forma que a análise posterior seja realizada de maneira compreensível.

4.1 Antecedentes

A Guerra do Paraguai foi um conflito armado ocorrido entre 1864 e 1870, o qual envolveu o Paraguai contra a Tríplice Aliança formada por Brasil, Argentina e Uruguai. O conflito teve início com a invasão da província brasileira de Mato Grosso pelos paraguaios sob ordem de seu presidente e ditador Francisco Solano López (1827-1870), que possuía ambições expansionistas e nacionalistas (VIDIGAL; ALMEIDA, 2009).

Após a invasão paraguaia, a aliança formada pelos três países sul-americanos tratou de implementar a estratégia do bloqueio naval com a finalidade de sufocar a economia guarani e de evitar que recebesse suprimentos de guerra do exterior. Nesse contexto, em 11 de junho de 1865, ocorreu a Batalha Naval do Riachuelo, nas proximidades da cidade argentina de Corrientes que, praticamente, marcou o fim dos meios navais da armada paraguaia com a vitória decisiva dos brasileiros, o que denotou a consolidação do bloqueio naval dos aliados (VIDIGAL; ALMEIDA, 2009).

Já em 1866, sob o comando do presidente argentino Bartolomeu Mitre (1821-1906), as tropas da Tríplice Aliança invadiram o Paraguai na região do Passo da Pátria, organizando uma base de operações na região do Tuiuti. A partir de então, o principal objetivo das tropas aliadas era conquistar a fortaleza de Humaitá, pois tal ação permitiria a esquadra brasileira chegar a Assunção, capital do país, por meio do rio Paraguai. O rio Paraguai, por sua vez, possuía uma grande importância estratégica, pois, além de ser a principal via de transporte da região, permitiria a tomada de várias fortificações instaladas nas margens do referido rio,

o que cortaria as linhas de suprimentos paraguaias, isolando o país e enfraquecendo a sua capacidade de resistência (DORATIOTO, 2002).

Contudo, para atingir a fortaleza de Humaitá, seria necessário contrapor-se às posições de Curuzu e de Curupaiti. Ambas estavam localizadas na margem leste do rio Paraguai e possuíam a missão de realizar a segurança de Humaitá, região principal da defesa de Solano López. Curuzu foi o primeiro objetivo das tropas aliadas e foi conquistada em 03 de setembro de 1866, com uma operação que envolveu um bombardeio naval inicial e a posterior conquista da região pelas tropas do Exército Brasileiro (GONÇALVES, 2018).

O próximo objetivo, Curupaiti, era mais forte do que Curuzu e estava localizado em uma posição de grande altura em relação ao rio, o que oferecia grande vantagem aos paraguaios. Depois de uma reunião infrutífera entre López e Mitre, em 12 de setembro, que visava termos de paz, a Tríplice Aliança decidiu por conquistar Curupaiti. Entretanto, por conta de intensas chuvas e do assessoramento do comandante da esquadra brasileira na ocasião, Almirante Joaquim Marques Lisboa, o Marquês de Tamandaré (1807-1897), o ataque foi adiado para 22 de setembro de 1866 (GONÇALVES, 2018).

Como vimos, o rio Paraguai era de extrema importância no conflito armado em questão e seu controle ofereceria uma grande vantagem a quem o detivesse. Também pudemos perceber que o controle do rio demandaria a conquista de posições em suas margens, dentre elas, a posição de Curupaiti, um ponto crítico ocupado pelos paraguaios. Para o prosseguimento do estudo, iniciaremos pela verificação da função de combate comando e controle na Batalha de Curupaiti.

4.2 O Comando e Controle na Batalha de Curupaiti

O Tratado da Tríplice Aliança reconheceu o presidente e general argentino Bartolomeu Mitre como comandante-em-chefe das forças aliadas, porém com a Marinha Imperial brasileira fora de seu comando imediato, embora pudesse coordenar operações com os navios da esquadra. Nesse contexto, os comandantes aliados participantes da Batalha de Curupaiti foram o Almirante Tamandaré, o General Polidoro Jordão (1802-1879), o General Manuel Marques de Sousa, o Visconde de Porto Alegre (1804-1875) e o uruguaio Venâncio Flores (1808-1868). Mitre não possuía boas relações com Tamandaré e com

Polidoro, pois estes discordavam, recorrentemente, de suas decisões, inclusive, sobre o plano de ataque a Curupaiti (DORATIOTO, 2002).

Segundo Doratioto (2002), o comando do ataque à Curupaiti ficaria com o próprio Mitre que, junto com Porto Alegre, faria a ofensiva terrestre, enquanto a Marinha realizaria um bombardeio naval à posição de Curupaiti. No entanto, as relações entre a esquadra e o Exército seriam de cooperação, não de subordinação. A coordenação entre o bombardeio naval e as forças terrestres ficaria por conta de sinais convencionados provenientes das embarcações.

Do lado paraguaio, o comando das forças militares era centralizado em seu presidente e ditador Solano López, que estabeleceu sua base em Passo Pucú, cerca de 8.500 metros a leste de Curupaiti. López mantinha comunicações com Assunção e com as posições defensivas da região por meio de telégrafo e, particularmente, em Curupaiti, o comandante era o General José Eduvidis Díaz (1833-1867). López também possuía um histórico de punições severas aos soldados em caso de deserções ou de derrotas, como foi o caso do fracasso em Curuzu (DORATIOTO, 2002).

Sendo assim, podemos concluir que a operação planejada pelos aliados sobre Curupaiti não se tratou de uma Operação Conjunta, ou seja, não houve a constituição de uma FCJRib, podendo a esquadra e o Exército serem enquadrados como Forças de Apoio uma da outra. Já o relacionamento por parte dos aliados não era de cooperação entre os seus comandantes, assim como do lado paraguaio, uma vez que López centralizava as decisões e liderava suas tropas basicamente pelas punições. Veremos a seguir como a inteligência foi tratada por aliados e por paraguaios.

4.3 A Inteligência na Batalha de Curupaiti

Após a conquista de Curuzu, em 3 de setembro de 1866, as tropas paraguaias retraíram para Curupaiti e foram perseguidas pelas tropas aliadas comandadas por Porto Alegre, porém não chegaram até a posição inimiga. Porto Alegre alegou que não avançou até Curupaiti por não ter dados acerca da defesa da posição, além de não conhecer o terreno (DORATIOTO, 2002).

Com isso, foram organizados reconhecimentos para a obtenção do conhecimento desejado, porém, esses foram considerados superficiais, pois reportaram dados incompletos

sobre a posição paraguaia, além de não terem conseguido verificar a natureza do terreno a ser transposto. Pelo lado paraguaio, desde o início dos combates, as tropas de Solano López utilizavam-se de pequenas ofensivas para fustigar as tropas aliadas e, ao mesmo tempo, para obter conhecimentos, mesmo que de forma esporádica (GONÇALVES, 2018).

Podemos observar que a atividade de inteligência com o objetivo da obtenção de conhecimentos não foi explorada em sua magnitude por ambos os lados da contenda, apesar de tais ações serem essenciais em uma OpRib. A seguir, veremos como a manobra e o apoio de fogo foram planejados na Batalha de Curupaiti.

4.4 A Manobra e o Apoio de Fogo na Batalha de Curupaiti

Após divergências acerca do planejamento da operação, ficou acordado que o ataque aliado à Curupaiti seria realizado pelas tropas de Porto Alegre a partir de Curuzu com o reforço das tropas comandadas pelo General Mitre, em 16 de setembro de 1866. Previamente, haveria um bombardeio a partir da esquadra comandada por Tamandaré que, após o sinal convencionado, informaria a possibilidade do avanço das tropas terrestres. Polidoro permaneceria com suas tropas no acampamento de Tuiuti, em condições de reforçar a ofensiva terrestre, caso houvesse necessidade (DORATIOTO, 2002).

O ataque terrestre principal contaria com 20 mil homens, entre eles, nove mil eram soldados argentinos. O exército de Polidoro em Tuiuti, naquela ocasião, contava com cerca de 20 mil militares. As forças defensivas possuíam cerca de cinco mil soldados, e a manobra planejada seria a manutenção da posição em proveito da segurança de Humaitá (DORATIOTO, 2002).

Os meios navais da esquadra brasileira contavam com cinco couraçados⁷, oito canhoneiras e cinco embarcações menores armadas com canhões, totalizando dezoito embarcações. Os paraguaios, naquela ocasião, não possuíam uma esquadra para contrapor-se aos meios fluviais aliados (DONATO, 1987).

O apoio de fogo dos aliados consistiu no apoio de fogo naval e na artilharia de campanha. Essa última contava com doze canhões, enquanto os navios contavam com cerca

⁷ Couraçado é um navio de madeira revestido com chapas de ferro e aço que, após a evolução tecnológica, passou a ser construído completamente em metal (VIDIGAL; ALMEIDA, 2009).

de cinquenta canhões no total. Os paraguaios, por sua vez, possuíam 90 canhões, na posição de Curupaiti, apontados tanto para o rio Paraguai, quanto para terra (DORATIOTO, 2002).

Com relação à manobra dos aliados, podemos inferir que o Exército planejou uma ação ofensiva convencional, uma vez que já havia desembarcado em terra por ocasião da conquista de Curuzu, ou seja, não se tratou de um Assalto Ribeirinho. Já a Marinha Imperial, em seu planejamento, efetuará a manobra de ataque nas margens e em suas áreas adjacentes de forma a apoiar a manobra das forças terrestres. No tocante às tropas paraguaias, podemos verificar que elas planejaram e executaram a manobra de bloqueio fluvial.

Na função de combate apoio de fogo, podemos concluir que a tropa defensora, no caso, o Paraguai, possuía um poder de fogo superior aos das tropas atacantes, questão relevante a ser considerada no desenrolar do combate. Veremos na próxima seção, como as funções de combate mobilidade, contramobilidade e proteção foram observadas pelos aliados e pelo Paraguai.

4.5 A Mobilidade, a Contramobilidade e a Proteção na Batalha de Curupaiti

As tropas da Tríplice Aliança planejaram a aproximação à Curupaiti por terra, uma vez que já haviam desembarcado em Curuzu na operação anterior. Porém, devido às chuvas que ocorreram no período, o terreno ficou alagado e, ainda, era desconhecido pelos atacantes, que teriam que percorrer 1.760 metros desde Curuzu até Curupaiti. Por conta de suas características, o terreno não permitia a transposição por cavalos, mulas ou bois, somente por tropas de infantaria, o que impossibilitou o apoio mais cerrado da artilharia (GONÇALVES, 2018).

Na porção fluvial, o rio Paraguai apresentava um número elevado de saliências com demasiada sinuosidade, o que dificultaria o progresso de navios com grandes dimensões em seu canal de navegação, como era o caso de dois dos cinco couraçados da esquadra imperial brasileira. Os práticos da região preferiam navegar com navios de madeira devido a sua manobrabilidade (DORATIOTO, 2002).

A contramobilidade terrestre empregada pelos paraguaios consistiu na utilização de abatises⁸ que cobria as trincheiras instaladas. Esses obstáculos ficaram ocultos devido ao alagamento do terreno por conta das chuvas, o que complicaria, ainda mais, a mobilidade dos atacantes. Na porção fluvial, o Paraguai utilizou minas flutuantes para a contramobilidade, uma vez que uma mina já havia afundado um navio brasileiro durante a Batalha de Curuzu (FERREIRA, 2017).

A proteção das tropas aliadas deu-se, basicamente, no ambiente fluvial, por meio dos cinco couraçados que participaram do combate. Destes, somente três eram totalmente encouraçados, com chapas de ferro que cobriam, principalmente, as estações de armamento. Os outros dois navios eram de madeira revestidos com couraça, que, também, recobriam as posições dos canhões. Todos os navios possuíam pontos fracos nas laterais e nos conveses, que poderiam ser penetrados por munições de calibre médio (DORATIOTO, 2002).

Os paraguaios pautaram sua proteção no estabelecimento de duas linhas de trincheiras ao redor do pequeno forte de Curupaiti. As trincheiras eram mais profundas e possuíam um parapeito maior do que as de Curuzu e, entre as duas linhas, havia a grande linha de abatises. Os trabalhos de fortificação de Curupaiti foram possíveis devido ao intervalo de tempo entre a conquista de Curuzu e o início do ataque das tropas aliadas (GONÇALVES, 2018).

Diante do exposto, podemos verificar a preocupação dos dois lados da contenda em relação à proteção de suas forças. Os aliados com o emprego de couraçados, e os paraguaios com o melhoramento contínuo de seus trabalhos defensivos superiores ao da posição anterior de Curuzu, demonstrando terem aplicado as lições aprendidas do último combate.

Com relação à mobilidade, o rio Paraguai, que além de ser a única via de transporte na região, era de difícil navegação, o que demandava navios adaptados e marinheiros experientes. Já a contramobilidade empregada pelos paraguaios foi utilizada no intuito de maximizar as suas defesas, com o emprego das minas flutuantes em seu bloqueio fluvial e com os abatises em sua defensiva terrestre. Passaremos a verificar os resultados da batalha e os seus desdobramentos.

⁸ Abatises são pedaços de madeiras afiados posicionados na direção do avanço do oponente, com o intuito de dificultar o seu deslocamento (GONÇALVES, 2018).

4.6 Resultados e Consequências

O ataque que estava previsto para 16 de setembro somente iniciou em 22 de setembro de 1866, por conta das chuvas e pelo assessoramento de Tamandaré. Após quatro horas de apoio de fogo naval, os navios da esquadra imperial efetuaram o sinal convencionado para o prosseguimento da ação terrestre. O bombardeio não causou efeitos significativos, pois, devido à altura elevada de Curupaiti, os canhões das embarcações ajustaram sua mira de modo que os projetis passaram sobre a fortaleza, além de não ter sido possível observar o alvo para verificar os danos e efetuar ajustes (GONÇALVES, 2018).

Após o sinal da esquadra, deu-se o avanço das forças de Porto Alegre. Inicialmente, pareciam seguros da vitória, tanto que avançaram ao som da banda de música e com uniformes de gala, porém foram retardados pelo barro e pela artilharia inimiga que não havia sido destruída. Depois de terem conquistado a primeira trincheira, os aliados não conseguiram alcançar a segunda linha de defesa devido ao intenso fogo paraguaio e às inúmeras armadilhas no caminho, recuando para Curuzu, ao pôr do sol, mesmo com o reforço das reservas comandadas por Mitre (DORATIOTO, 2002).

Ao final, as baixas brasileiras somaram 2.011 homens, enquanto foram contadas 1.357 baixas argentinas. Os navios aliados, no entanto, não sofreram danos relevantes muito por conta do fato de as forças de López terem mirado nos pontos mais blindados das embarcações, ou seja, nas estações de armamento, além de nenhuma mina flutuante ter atingido o alvo. Os paraguaios, por sua vez, computaram 54 baixas (DORATIOTO, 2002).

Muito se falou acerca da culpa do fracasso aliado. Tópicos como a falta de um reconhecimento adequado, aliado com o terreno alagadiço e com a ineficiência do bombardeio naval foram consideradas falhas relevantes. Além disso, havia a vantagem da posição elevada de Curupaiti em relação ao rio e do tempo que os paraguaios dispuseram para preparar uma defesa mais robusta do que em Curuzu (GONÇALVES, 2018).

Mas a principal falha apontada pelos historiadores foi a falta de unidade de comando entre as forças aliadas, tanto entre os países pertencentes à aliança, quanto entre as forças terrestres e as forças navais. Para unificar o comando, em outubro de 1866, o Marquês de Caxias (1803-1880) foi nomeado comandante das tropas brasileiras no Paraguai. Com as lições aprendidas, Caxias tratou de melhorar a atividade de reconhecimento, empregando pela primeira vez, balões para verificar as posições inimigas. Contudo, a guerra prolongou-se

por mais quatro anos, com Curupaiti e Humaitá sendo conquistadas em 1868 e Assunção em 1869 (DORATIOTO, 2002).

Podemos observar que a manobra dos aliados não ocorreu de acordo com seu planejamento, ao contrário da manobra paraguaia, que conjugou a defensiva terrestre com o emprego de obstáculos que agravaram as condições precárias de mobilidade do terreno. Da mesma forma, o apoio de fogo do Paraguai mostrou-se superior ao apoio de fogo aliado, tanto em termos quantitativos como em termos qualitativos. A proteção, por sua vez, garantiu que os navios couraçados e a fortaleza de Curupaiti sofressem pequenos danos, comprovando a observância dessa função de combate pelos contendores. Maiores detalhes acerca da manobra executada podem ser visualizados na figura 2, Anexo B.

Na seção seguinte, passaremos às conclusões parciais do presente capítulo.

4.7 Conclusões Parciais

Neste capítulo, procuramos apresentar a contextualização histórica que antecedeu a Batalha de Curupaiti no contexto da Guerra do Paraguai. Também vimos como aliados e paraguaios planejaram suas operações com base no parâmetro das funções de combate, assim como o resultado desses planejamentos e suas consequências.

O comando e controle da Tríplice Aliança era complexo, pois envolvia tanto forças estrangeiras, quanto terrestres e navais. O comando terrestre era de Mitre, e o comando naval era de Tamandaré, cujas relações, assim como o relacionamento com os generais brasileiros, não eram amistosas. Já o comando das forças paraguaias, apesar de ser centralizado e baseado no medo das punições, mostrou-se mais simples, o que pode ter contribuído para seu sucesso.

Sobre a inteligência, os aliados não efetuaram reconhecimentos eficazes, e essa foi uma das falhas na execução da operação, pois não foi possível verificar as condições de mobilidade terrestre em relação ao terreno, assim como a contramobilidade efetuada pelos paraguaios, que conjugaram obstáculos com suas posições defensivas.

Da mesma forma, a manobra efetuada por Mitre e por Tamandaré foi prejudicada pela ineficácia do apoio de fogo naval e pela efetividade dos canhões da fortaleza de Curupaiti. A artilharia de campanha não pôde apoiar os aliados de forma eficaz devido à

mobilidade precária do terreno, afetando, significativamente, a função de combate apoio de fogo.

Por fim, verificamos como a proteção foi importante para os dois lados do conflito, pois podemos considerar que os danos nos navios couraçados e as baixas paraguaias das trincheiras foram aceitáveis diante do esforço implementado.

Passaremos a comparar, no próximo capítulo, a Batalha de Curupaiti com a Batalha do Forte Henry, com base nas funções de combate apresentadas.

5 AS SIMILARIDADES E AS SINGULARIDADES

Nos capítulos anteriores, apresentamos o conceito de OpRib e as definições das funções de combate. Além disso, pudemos observar como os planejamentos e os desdobramentos de duas batalhas ocorridas no século XIX relacionavam-se com as funções de combate, de modo que a compartimentação do conhecimento pudesse simplificar o entendimento sobre os referidos conflitos.

Neste capítulo, passaremos a verificar como a Batalha do Forte Henry e a Batalha de Curupaiti podem ser relacionadas, seja em suas semelhanças, seja em suas diferenças. Para isso, adotaremos o parâmetro das funções de combate para a referida comparação. Iniciaremos, então, pelas similaridades entre os dois eventos.

5.1 As similaridades

As duas batalhas possuem diversos pontos em comum, primeiramente pelo propósito da operação executada por ambos os lados da disputa. Na Batalha do Forte Henry, o propósito dos unionistas era obter o controle do rio Tennessee, e o propósito dos confederados era negar esse domínio. Da mesma forma, os aliados e os paraguaios, na Batalha de Curupaiti, disputaram o controle do rio Paraguai, principal via de transporte na ocasião. Ou seja, as duas operações podem ser consideradas como OpRib.

De acordo com o que foi apresentado, o comando e controle, sob o ponto de vista da unidade de comando, foi similar em ambas as batalhas. Por parte dos atacantes, não havia um comando unificado. As forças terrestres e navais eram possuidoras de suas próprias missões e tinham comandantes próprios, ou seja, não foi constituída uma FCjRib em ambas as operações. Do lado dos defensores, a cadeia de comando era mais simples, com uma unidade bem definida.

Da mesma forma, as comunicações entre os atacantes de ambas as batalhas, também, foram similares e partilharam da mesma dificuldade de terem que controlar elementos em ambiente fluvial e terrestre. Já os defensores valeram-se do telégrafo para o controle de suas atividades terrestres.

Sobre a inteligência, podemos verificar uma semelhança, não no método, mas nos efeitos das ações realizadas pelos defensores das batalhas em questão. A inteligência

implementada pelos confederados permitiu-os agir em relação à evacuação do Forte Heiman e na posterior evacuação do Forte Henry, uma vez que elementos terrestres avançados conseguiram informar ao General Tilghman a grandeza da força que se aproximava. Da mesma maneira, os paraguaios, valendo-se das ofensivas limitadas, conseguiram planejar a posição da defesa terrestre de Curupaiti condizente com o provável avanço da tropa atacante.

Pelo enfoque da manobra, tanto confederados quanto paraguaios utilizaram o bloqueio fluvial como método de negação do controle da hidrovia focal, e ambos não utilizaram meios navais que pudessem maximizar os efeitos desse bloqueio.

Em termos de emprego dos meios navais, podemos considerar que as ações ofensivas foram similares, uma vez que unionistas na Guerra Civil e aliados na Guerra do Paraguai utilizaram embarcações blindadas para se aproximarem dos fortes que deveriam ser inutilizados.

O pessoal empregado, em termos de proporção, também foi similar, já que a Batalha do Forte Henry contou com 15.000 atacantes e 3.400 defensores, e a Batalha de Curupaiti presenciou 20.000 atacantes e 5.000 defensores. Semelhante, também, foi o número de baixas por parte daqueles que defendiam os fortes Henry e Curupaiti, com 21 e 54, respectivamente.

O efeito do apoio de fogo empregado pelas tropas em defensiva sobre os meios navais também foi semelhante, pois não houve danos significativos aos navios blindados, com somente uma canhoneira avariada na Batalha do Forte Henry.

No que se refere à mobilidade terrestre, tanto unionistas quanto as tropas da Tríplice Aliança foram prejudicados por conta das chuvas que se precipitaram sobre o terreno, o que retardou o avanço da infantaria, da cavalaria e da artilharia em direção aos fortes.

Por parte dos defensores, ambos empregaram minas flutuantes em complemento ao bloqueio fluvial como método de contramobilidade, porém seus efeitos não alcançaram resultados, pois a elevação do rio Tennessee inutilizou as minas dos confederados, e os navios aliados não foram atingidos por nenhuma mina dos paraguaios.

A respeito da proteção, grande parte dos navios empregados em ambas as batalhas possuíam blindagem, o que se refletiu na possibilidade de uma aproximação cerrada aos fortes e na irrelevância dos danos causados pelo impacto da artilharia defensora.

Os fortes, por sua vez, possuíam a semelhança de serem protegidos por duas linhas defensivas terrestres, o que dificultou, do lado dos paraguaios, a aproximação das tropas aliadas.

Em razão dos aspectos observados, percebemos que há similaridades em todas as funções de combate propostas em ambas as batalhas, seja por parte dos atacantes, seja por parte dos defensores. A principal similaridade apontada foi o propósito das operações que permitiram que fossem enquadradas como OpRib. Passaremos então, a analisar as diferenças entre a Batalha do Forte Henry e a Batalha de Curupaiti.

5.2 As singularidades

Apesar das semelhanças, as batalhas estudadas possuem algumas diferenças. A começar pela função de combate comando e controle, na questão do relacionamento entre os líderes, podemos observar que o comandante da força terrestre e o da força naval, na Batalha do Forte Henry, possuíam uma relação de confiança, o que se refletiu na vitória no campo de batalha. Por outro lado, os líderes da Tríplice Aliança não eram bem relacionados, tanto os da mesma cadeia de comando de Mitre, quanto esses em relação ao comandante da esquadra imperial brasileira, o Almirante Tamandaré.

No emprego da inteligência, os atacantes e os defensores, de ambas as batalhas, empregaram métodos diferentes. Os unionistas utilizaram uma canhoneira blindada que permitiu a aproximação ao Forte Henry, onde foi possível a verificação do dispositivo inimigo e o alcance dos canhões da fortaleza. Na Batalha de Curupaiti, os aliados realizaram poucos reconhecimentos terrestres que não produziram conhecimento adequado acerca do terreno e do inimigo.

Pelo lado da defesa, os confederados empregaram elementos nas proximidades do Forte Henry, enquanto os paraguaios utilizavam o método da ofensiva limitada para a obtenção de conhecimentos.

No tocante à manobra, a União planejou a execução de um Assalto Ribeirinho, pois pretendia projetar forças em terra para a conquista do Forte Henry com o apoio de fogo dos navios da Marinha. Ao longo da operação, a esquadra unionista antecipou-se e executou a manobra de ataque às margens e ao forte propriamente dito, tornando-se vitoriosa no conflito antes mesmo da chegada das tropas terrestres no objetivo, com 39 baixas.

Os aliados, na Batalha de Curupaiti, planejaram e executaram uma ação ofensiva com o Exército, com apoio de fogo prévio da esquadra imperial. A manobra aliada não foi bem sucedida, pois o apoio de fogo não surtiu efeito e a mobilidade, aliada ao apoio de fogo paraguaio, forçou a retirada das tropas terrestres, computando 3.368 baixas, número, significativamente, distinto do número de baixas dos atacantes em Forte Henry.

Com relação ao apoio de fogo, na Batalha do Forte Henry, a quantidade de canhões dos atacantes era superior à quantidade de canhões dos confederados, o que refletiu no resultado da batalha. No conflito no rio Paraguai, a situação era a inversa, resultando na vitória dos paraguaios, que conseguiram repelir o avanço das tropas terrestres aliadas.

Cabe ressaltar, além da diferença em quantidade, a diferença na efetividade dos canhões dos meios navais. Na Batalha do Forte Henry, os navios destruíram sete dos dezessete canhões da fortaleza, enquanto que na Batalha de Curupaiti, os canhões não acertaram as trincheiras inimigas, pois estas estavam elevadas em relação ao rio, tampouco havia observação para corrigir os impactos dos tiros.

Já sobre a efetividade do apoio de fogo dos defensores, os canhões do Forte Henry conseguiram avariar uma canhoneira blindada, enquanto que a artilharia paraguaia não conseguiu efetuar danos significativos na esquadra imperial brasileira.

No que concerne à mobilidade fluvial, vimos que as forças da União utilizaram navios para auxiliar na aproximação ao Forte Henry, e que essa movimentação foi facilitada por conta das chuvas que melhoraram a navegabilidade do rio Tennessee. Tal recurso não foi observado pelos aliados para a aproximação a Curupaiti, pois os navios foram empregados para o cumprimento da missão da Marinha, que encontrou dificuldades na navegação no Rio Paraguai devido à sua sinuosidade, o que demandava experiência e navios menores para uma maior segurança.

Essa diferença, também, foi observada em relação aos defensores, uma vez que os confederados utilizaram embarcações para a movimentação de pessoal entre as margens do rio, ao contrário dos paraguaios, que, naquele momento da guerra, não possuíam mais uma esquadra.

Já a contramobilidade terrestre foi bem explorada pelos defensores de Curupaiti, que empregaram abatisses as quais retardaram o avanço inimigo, o que não foi observado pelos confederados no Forte Henry.

Por fim, a diferença do emprego da proteção pelos unionistas na Batalha do Forte Henry e pelos aliados na Batalha de Curupaiti deu-se no fato de as canhoneiras blindadas efetuarem a escolta dos navios que transportavam as tropas terrestres até as proximidades da Área de Desembarque Ribeirinho no rio Tennessee, o que não ocorreu no conflito sul-americano.

Pelo lado dos defensores, apesar da semelhança do dispositivo defensivo, a diferença deu-se na escolha do local da fortaleza, pois o Forte Henry foi posicionado em posição mais baixa em relação ao rio, e as trincheiras de Curupaiti foram localizadas em posições mais elevadas. Essa decisão foi crucial para o desfecho dos combates, pois foi uma das causas apontadas como o fracasso do primeiro bloqueio fluvial e o sucesso do segundo.

Dessa forma, pudemos verificar que ambos os combates possuíram suas semelhanças e suas diferenças, e que tais situações, provavelmente, definiram os resultados das batalhas. De forma consolidada, podemos visualizar as principais similaridades destacadas neste capítulo na Tabela 1, constante do Apêndice A, assim como as principais singularidades estão sintetizadas na Tabela 2 do Apêndice B. Com o estudo realizado, apresentaremos, no próximo capítulo, a conclusão da presente pesquisa.

6 CONCLUSÃO

No presente trabalho, procuramos identificar as principais similaridades e as singularidades das OpRib realizadas durante a Batalha do Forte Henry e durante a Batalha de Curupaiti, de forma a constatar os principais fatores que provocaram os resultados distintos de ambas. Para que tal propósito fosse atingido, foi realizado um estudo comparativo entre os combates supracitados, no qual foi possível verificar as semelhanças e as diferenças que nos conduziram à presente conclusão.

Para a execução da comparação, buscamos verificar batalhas que ocorreram em períodos próximos, em ambientes similares e com tecnologia militar equivalente, de forma a estabelecer bases materiais concretas para que fosse possível extrair aprendizados sólidos e isentos de incoerências relativas à doutrina ou ao material empregado.

Nesse contexto, a Batalha do Forte Henry foi escolhida como um dos objetos de estudo devido ao resultado positivo aos atacantes durante o combate. Já a Batalha de Curupaiti foi selecionada por conta do resultado favorável aos defensores. Dessa forma, a verificação de dois eventos semelhantes com resultados distintos representa um importante tema de pesquisa.

Em vista a alcançar o propósito selecionado, este trabalho foi estruturado em seis capítulos. O primeiro apresentou o propósito e o desenho da pesquisa. No segundo, estabelecemos as bases da pesquisa, nas quais a doutrina brasileira acerca das OpRib foi utilizada como parâmetro conceitual. Na ocasião, verificamos que as OpRib são orientadas ao controle dos rios, além de termos verificado suas possíveis relações de comando e os conceitos que foram utilizados nos capítulos posteriores, como Forças de Apoio, Área de Desembarque Ribeirinha e os possíveis tipos de meios fluviais empregados nas OpRib.

Também estabelecemos os parâmetros de comparação entre os objetos de estudo, dos quais foram selecionadas as funções de combate vislumbradas pelo CFN do Brasil, e como eles poderiam ser observados em uma OpRib. Vimos que as funções de combate podem ser consideradas uma forma analítica de verificação de problemas que um comandante deve suplantar, de modo que todos os requisitos e capacidades necessárias ao planejamento e à execução de uma operação sejam observados. Assim, selecionamos as seguintes funções de combate como parâmetros de comparação: comando e controle, inteligência, manobra, apoio de fogo, proteção e mobilidade e contramobilidade.

No terceiro capítulo, expusemos como a Batalha do Forte Henry poderia ser apresentada de acordo com as funções de combate. Verificamos que a União adotou a constituição de duas Forças Ribeirinhas, e que a inteligência e a manobra do assalto ribeirinho, conjugada com o apoio de fogo e com a proteção blindada dos navios, conseguiram superar as medidas de contramobilidade confederada e as restrições de mobilidade terrestre impostas pelo terreno na ocasião.

Já no quarto capítulo, pudemos observar a Batalha de Curupaiti sob a ótica das mesmas funções de combate. Nesse caso, os adeptos da manobra do bloqueio fluvial foram os que lograram êxito devido ao posicionamento da fortaleza em situação vantajosa em relação ao rio, associando a proteção ao apoio de fogo e à contramobilidade alcançada com os obstáculos terrestres, o que resultou na derrota das forças da Tríplice Aliança.

Finalmente, no quinto capítulo, estudamos as principais semelhanças e diferenças entre as duas batalhas no que tange às funções de combate. Desse modo, concluímos que o controle dos rios era essencial para todos os contendores de ambos os conflitos e que, apesar das semelhanças entre os meios empregados e da manobra, as diferenças observadas puderam definir os resultados dos combates. Também percebemos que algumas das funções de combate, de alguma forma, foram priorizadas em detrimento de outras, tanto por atacantes, quanto por defensores.

Pelas ideias apresentadas, podemos concluir que os fatores decisivos que implicaram nos resultados das batalhas, que serviram como objetos do estudo, foram as funções de combate apoio de fogo e proteção. Na Batalha do Forte Henry, a proteção das canhoneiras blindadas permitiu a aproximação das embarcações à fortaleza com segurança, de modo que o apoio de fogo dos canhões dos navios, que já era superior, provocou a rendição dos confederados à Marinha da União. Em contrapartida, a proteção verificada pelos paraguaios, primeiramente, na escolha do local da fortaleza de Curupaiti e, posteriormente, na preparação do terreno defensivo, garantiu-lhes liberdade de ação perante a falta de efetividade dos fogos dos navios da esquadra imperial brasileira, de forma que foi possível o emprego de sua artilharia na contenção do exército da Tríplice Aliança.

Outro ponto que constatamos devido à reflexão, foi o fato de a influência dos rios sobre as margens não ter se dado de forma proporcional à situação contrária. Na Batalha do Forte Henry, as ações navais foram suficientes para suplantar as defesas terrestres instaladas nas margens. Já em Curupaiti, o apoio de fogo naval não foi efetivo e seu insucesso mostrou-

se crucial em relação ao resultado da batalha, já que, caso lograssem êxito em destruir os canhões inimigos instaladas em terra, as decorrências do combate poderiam ter sido outras. Também, em ambas as batalhas, a efetividade dos canhões de terra sobre os navios foi mínima, demonstrando que, em ambos os combates, as águas foram mais influentes sobre a terra do que a terra sobre a água.

Com relação às pesquisas futuras, sugerimos o estudo de OpRib sob o ponto de vista da função de combate logística, aspecto não abordado no presente trabalho. A complexidade e a possibilidade da necessidade de permanência nas ações em grandes períodos tornam esse parâmetro de grande relevância para sua investigação, principalmente, em se tratando de Operações Conjuntas.

Por fim, no que concerne à Marinha do Brasil, haja vista as conclusões deste trabalho e às grandes bacias hidrográficas presentes no território brasileiro, consideramos de grande importância o estudo de outras OpRib que ocorreram em situações similares para verificar o real nível de influência de terra sobre os rios e dos rios sobre as margens. Tal constatação poderá indicar futuras estratégias e aquisições de meios, além da consequente preparação do pessoal que atuará nos diferentes ambientes ribeirinhos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Exército Brasileiro. Estado-Maior do Exército. **EB20-MF-10.102 - Manual de Fundamentos: Doutrina Militar Terrestre**. 2. ed. Brasília, 2019. 68 p. Disponível em: <<https://bdex.eb.mil.br/jspui/bitstream/123456789/4760/1/EB20-MF-10.102.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2023.

_____. Marinha do Brasil. Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais. **CGCFN 0-1 - Manual Básico dos Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais**. Rio de Janeiro, 2020a. 57 p.

_____. Marinha do Brasil. Estado-Maior da Armada. **EMA-305 - Doutrina Militar Naval**. Brasília, 2017. 134 p.

_____. Ministério da Defesa. **MD33-M-11 - Apoio de Fogo em Operações Conjuntas**. Brasília, 2013. 76 p. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/File/doutrinamilitar/listadepublicacoesEMD/md33a_ma_11a_apoioa_dea_fogo_a_1eda_2013.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2023.

_____. Ministério da Defesa. **MD33-M-15 - Manual de Operações Ribeirinhas**. Brasília, 2020b. 40 p. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/doutrina_militar/md33_m_15_manual_de_operacao_ribeirinha_1_edicao_2020.pdf>. Acesso em: 10 mai. 2023.

_____. Ministério da Defesa. **MD35-G-01 - Glossário das Forças Armadas**. 5. ed. Brasília, 2015. 294 p. Disponível em: <<https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/legislacao/emcfa/publicacoes/doutrina/md35-G-01-glossario-das-forcas-armadas-5-ed-2015-com-alteracoes.pdf>>. Acesso em: 11 mai. 2023.

COUTAU-BÉGARIE, Hervé. **Tratado de Estratégia**. Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2010. 776 p.

DONATO, Hernani. **Dicionário das Batalhas Brasileiras: Dos conflitos com indígenas às guerrilhas políticas urbanas e rurais**. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural LTDA, 1987. 539 p. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?id=xeyuqtq3ImUC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>>. Acesso em: 13 mai. 2023.

DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra: Nova história da Guerra do Paraguai**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002. 632 p. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/250053082_Maldita_guerra_nova_historia_da_Guerra_do_Paraguai>. Acesso em: 13 mai. 2023.

ENGEL, Kati. Civil War Operations and Engagements: Fort Henry and Fort Donelson. **Naval History and Heritage Command**, Washington, 17 jan. 2023. Disponível em: <<https://www.history.navy.mil/browse-by-topic/wars-conflicts-and-operations/civil-war/cw->

operations-and-engagements/1862-civil-war/forts-henry-and-donelson.html>. Acesso em: 13 mai. 2023.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Department of the Army. Headquarters. **ADP 3-0 - Operations**. Washington, 2019a. 102 p. Disponível em: <https://armypubs.army.mil/epubs/DR_pubs/DR_a/ARN18010-ADP_3-0-000-WEB-2.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2023.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. Department of the Navy. Headquarters United Marine Corps. **MCDP 1-0 - Marine Corps Operations**. Washington, 2019b. 279 p. Disponível em: <<https://www.marines.mil/Portals/1/Publications/MCDP%201-0%20w%20Ch%201-3.pdf?ver=KugfXDOHFuRQmxSmTiUJwg%3d%3d>>. Acesso em: 11 mai. 2023.

FERREIRA, Ramon V. B. Operações de Defesa na Batalha da Tríplice Aliança: Um enfoque em “Curupaity”. **O Adjunto**, Cruz Alta, v. 5, n. 1, p. 51-57, Dez. 2017. Disponível em: <<http://ebrevistas.eb.mil.br/adj/article/view/969/996>>. Acesso em: 13 mai. 2023.

GARCIA, Pedro. Taking Forts Henry and Donelson: Turning Point in the Rebel West. **Warfare History Network**, Herndon, 17 dez. 2021. Disponível em: <<https://warfarehistorynetwork.com/taking-forts-henry-and-donelson-turning-point-in-the-rebel-west/>>. Acesso em: 26 jun. 2023.

GONÇALVES, Leandro José C. Da Batalha de Curuzu à queda de Humaitá (1866-1868): questões táticas. **Navigator**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 31-44, Jun. 2018. Disponível em: <<https://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/648/642>>. Acesso em: 13 mai. 2023.

LAVIER, Harry. Learning the Art of Joint Operations: Ulysses S. Grant and the U.S. Navy. **National Defense University Press**, Washington, 31 mar. 2020. Disponível em: <<https://ndupress.ndu.edu/Media/News/News-Article-View/Article/2106533/learning-the-art-of-joint-operations-ulysses-s-grant-and-the-us-navy/>>. Acesso em: 25 jun. 2023.

SMITH, Thimoty B. **Grant Invades Tennessee: The 1862 Battles for Forts Henry and Donelson**. Lawrence: University Press of Kansas, 2016. 513 p.

TUCKER, Spencer C. **Handbook of 19th Century: Naval Warfare**. Stroud: Sutton Publishing, 2000. 282 p. Disponível em: <<http://woodenboats.lt/Knygos%20public/Laivybos%20istorija/Warships%20Sutton%20Publishing%20Handbook%20of%2019th%20Century%20Naval%20Warfare.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2023.

VIDIGAL, Armando A. F.; ALMEIDA, Francisco E. A. (org.). **Guerra no Mar: Batalhas e campanhas navais que mudaram a história**. Rio de Janeiro: Record, 2009. cap. 7 e 8, p. 219-300.

APÊNDICES

APÊNDICE A

TABELA 1
Similaridades entre as batalhas analisadas

		Batalha do Forte Henry		Batalha de Curupaiti	
Função de Combate		Atacantes	Defensores	Atacantes	Defensores
Comando e Controle	Unidade de Comando	Comandos separados entre Forças Navais e Terrestres	Comando unificado – Todas as forças foram terrestres	Comandos separados entre Forças Navais e Terrestres	Comando unificado – Todas as forças foram terrestres
	Controle/Comunicações	Dificultado pelos ambientes diferentes	Utilizaram telégrafo	Dificultado pelos ambientes diferentes	Utilizaram telégrafo
Inteligência	Efetividade	-	Permitiu auxiliar na manobra de evacuação dos Fortes	-	Permitiu a preparação da defesa condizente com o inimigo
Manobra	Tipo de Manobra	Operação de ataque às margens com a Força Naval	Bloqueio Fluvial – Não utilizaram embarcações	Operação de ataque às margens com a Força Naval	Bloqueio Fluvial – Não utilizaram embarcações
	Quantitativo de pessoal	15.000	3.400	20.000	5.000
	Número de baixas	-	21	-	54
Apoio de Fogo	Efetividade	-	Sem danos significativos nos navios inimigos	-	Sem danos significativos nos navios inimigos
Proteção	-	Quatro Canhoneiras blindadas	Forte Henry e mais duas linhas de defesa	Cinco couraçados	Curupaiti e mais duas linhas de defesa
Mobilidade	Terrestre	Prejudicada pelas chuvas	-	Prejudicada pelas chuvas	-
Contramobilidade	Fluvial	-	Empregaram minas flutuantes	-	Empregaram minas flutuantes
	Efetividade	-	Cheia do rio inutilizou as minas	-	Nenhuma mina atingiu o alvo

Fonte: O autor.

APÊNDICE B

TABELA 2
Singularidades entre as batalhas analisadas

		Batalha do Forte Henry		Batalha de Curupaiti	
Função de Combate		Atacantes	Defensores	Atacantes	Defensores
Comando e Controle	Relacionamen- to entre os Comandantes	Bom relacionamento entre os comandantes	-	Relacionamen- to não amistoso entre os comandantes	-
Inteligência	Meios Empregados	Canhoneiras blindadas para se aproximar do Forte	Elementos terrestres nas proximidades do Forte	Realizaram poucos reconhecimen- tos terrestres	Ofensivas limitadas para obter dados
	Efetividade	Foi eficiente	-	Não foi eficiente	-
Manobra	Tipo de Manobra	Assalto Ribeirinho pelas forças terrestres	-	Ação ofensiva terrestre	-
	Efetividade	Obteve êxito devido à iniciativa da Força Naval	Não obteve êxito	Não obteve êxito	Obteve êxito
	Número de baixas	39	-	3368	-
	Navios avariados	Uma canhoneira blindada	-	Sem danos relevantes	-
Apoio de Fogo	Número de canhões	98	17	50	90
	Efetividade	Destruíram sete canhões	Inutilizaram uma canhoneira	Não atingiram a posição de Curupaiti	Conseguiram repelir a força terrestre
Proteção	-	-	Forte Henry foi inundado pelas chuvas – escolha da posição foi equivocada	-	Linhas de defesa aliada ao apoio de fogo impediram o avanço dos atacantes
Mobilidade	Fluvial	Nove navios de transporte, cuja navegação foi facilitada pelas chuvas	Possuíam navios de transporte	Não utilizaram navios para transporte – navegação no Rio Paraguai era difícil	Não possuíam navios ou embarcações
Contramobilida- de	Terrestre	-	Não empregaram obstáculos terrestres	-	Empregaram abatisses
	Efetividade	-	-	-	Abatisses retardaram os atacantes

Fonte: O autor.

ANEXOS

ANEXO A

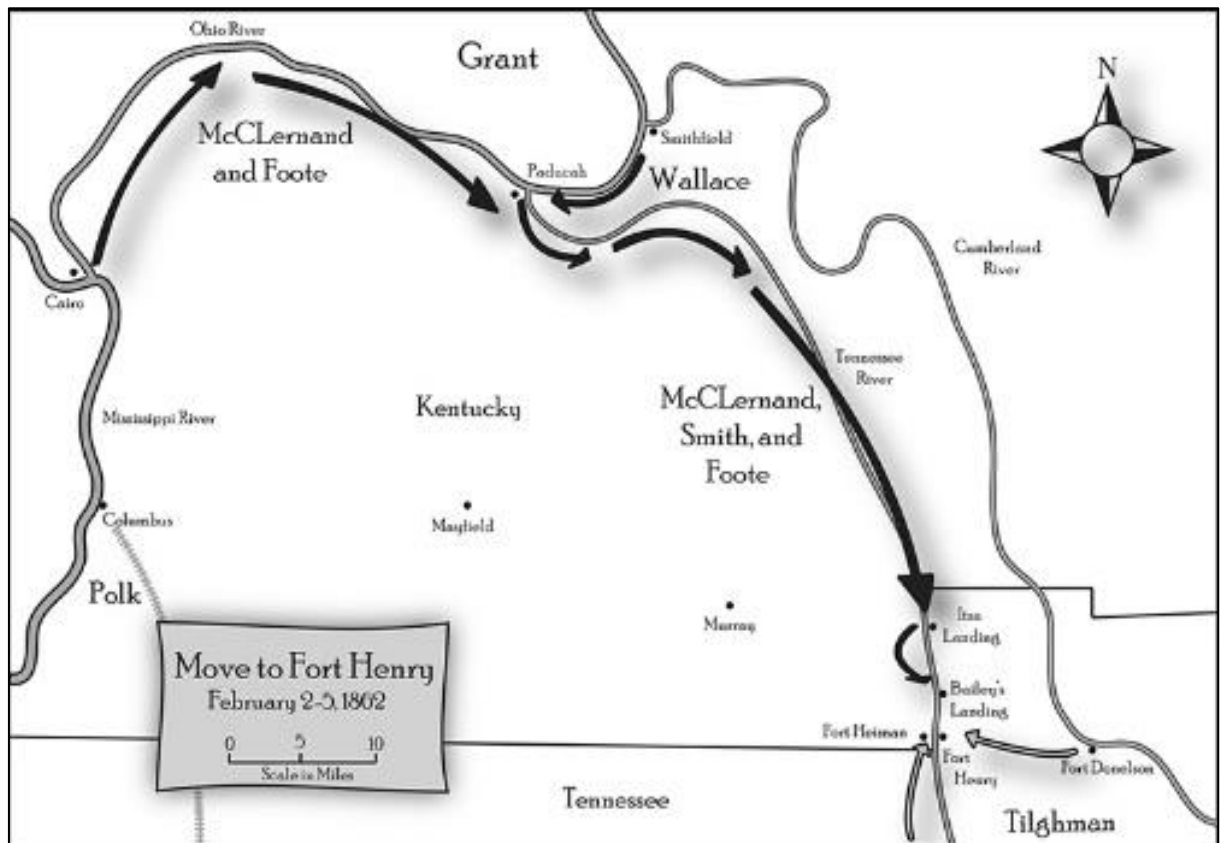


FIGURA 1 – Manobra realizada na Batalha do Forte Henry.
 Fonte: SMITH, 2016.

ANEXO B

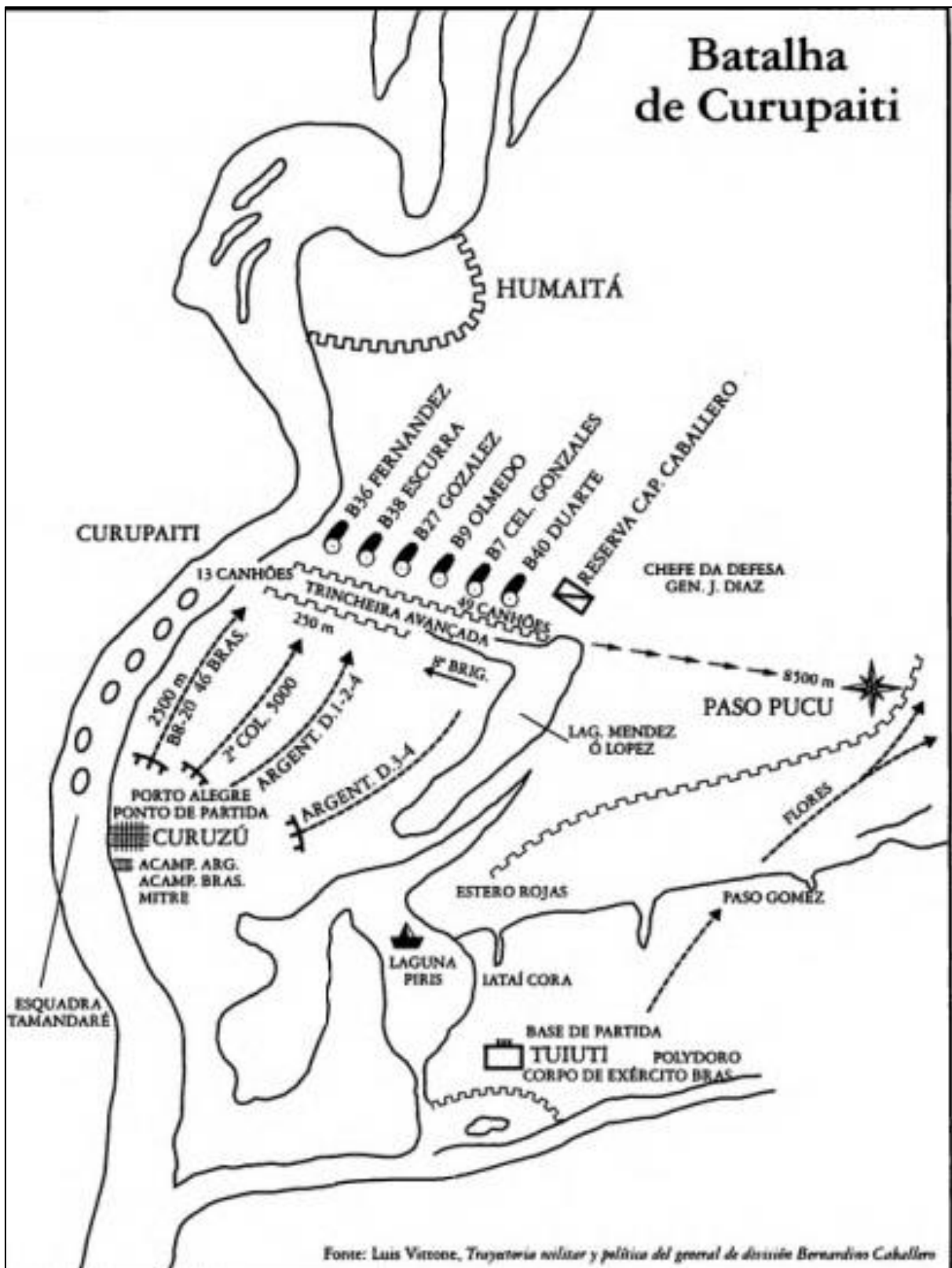


FIGURA 2 – Manobra realizada na Batalha de Curupaiti.

Fonte: DORATIOTO, 2002.